

Provou que não vale nada mesmo

Bolsonaro persegue sociólogo por causa de “um pequi roído”



O tosco acha que vai esconder seus crimes com base no tacape

Bolsonaro e o muito ocupado ministro da Justiça e Segurança, André Mendonça, mandaram a Polícia Federal abrir um inquérito para investigar o sociólogo Tiago Costa Rodrigues e um empresário por publicarem dois outdoors que comparavam o presidente a um ‘pequi roído’ em Palmas (TO). As peças foram instaladas na cidade em agosto do ano passado. A tentativa de intimidação contra os que têm feito críticas a Bolsonaro também atingiu o youtuber Felipe Neto e o ex-governador do Ceará Ciro Gomes. **Página 3**

Reprodução



A torcida por Haroldo Lima, nos versos de Renildo Calheiros

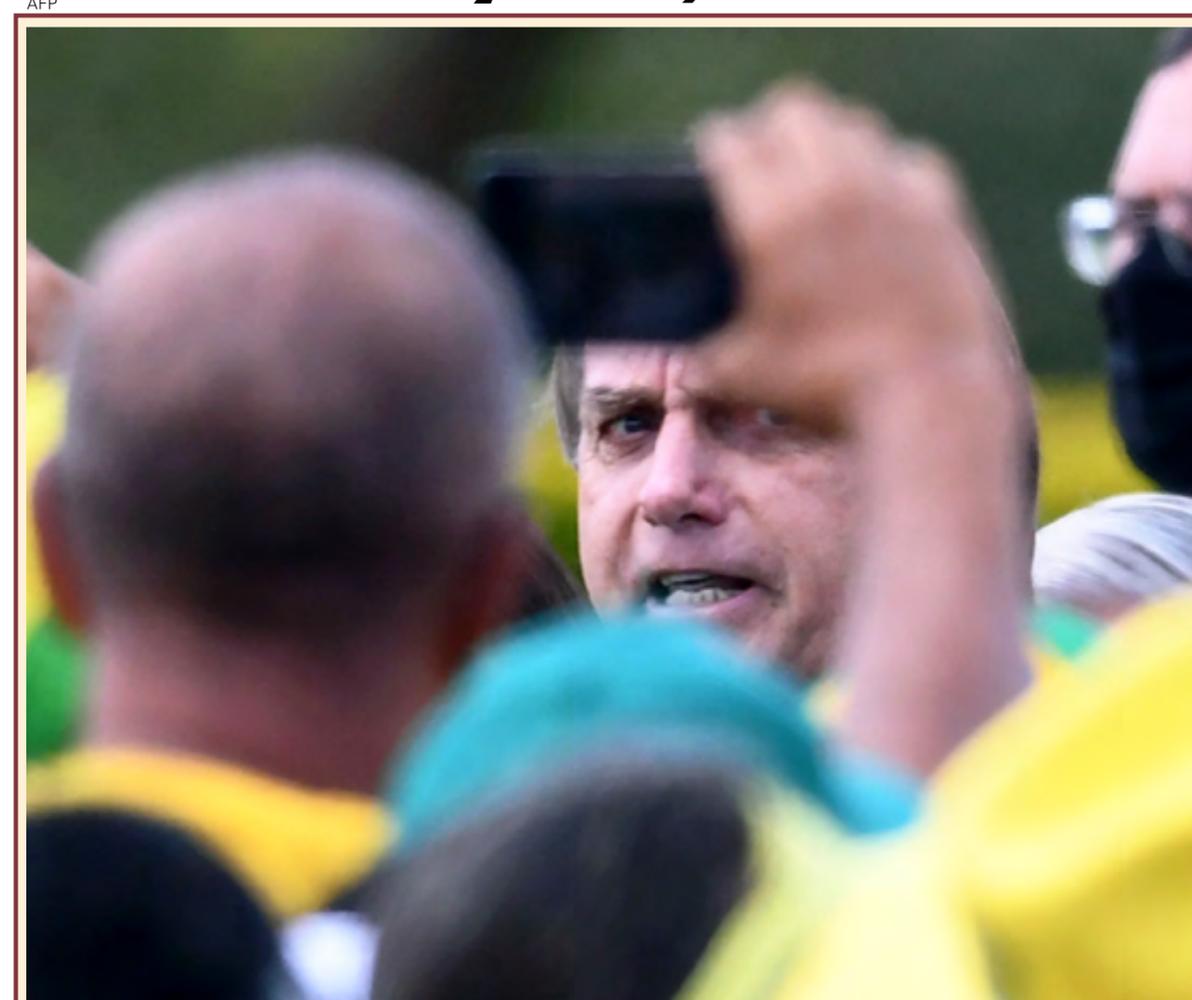
O líder do PCdoB na Câmara, deputado Renildo Calheiros (PE), escreveu um poema em que homenageia e fala da sua confiança na recuperação de Haroldo Lima, histórico dirigente do PCdoB, que enfrenta a Covid-19.

“São dias muito tristes, Tempos difíceis, Mas Esperança existe, A chance persiste, Haroldo não desiste(...)”. Este é o início do poema, que você pode ver na íntegra na **Página 3**.

Para Ciro, todo mundo tem que estar junto em 22 na oposição

O presidenciável do PDT apontou em entrevista ao Estadão o que considera as tarefas principais das forças democráticas do país no momento. **Pág. 3**

“Aumentar os juros vai provocar mais inflação”, diz Nilson Araújo



Em aglomeração na porta do Palácio, tirou a máscara e voltou a agredir a democracia e o combate à Covid

“A equipe do BC está na contramão do que ocorre no mundo. Elevação dos juros com a economia em recessão é burrice. Mas essa burrice tem uma explicação: encher de dinheiro as burras dos rentistas do sistema financeiro”, destaca o economista Nilson Araújo de Souza, em entrevista ao HP. Para ele, “a pressão inflacionária que vem desde meados do ano passado não tem nada a ver com pressão da demanda”, um dos argumentos usados pelo Banco Central para elevar a taxa básica de juros de 2% para 2,75% na quarta-feira (17). **Página 2**

“Para ocultar a incompetência, Bolsonaro cria insanidades”, diz Flávio Dino

“O presidente da República não sabe o que fazer com a economia, que cabe a ele gerir, conforme a Constituição. Para esconder a incompetência, fica perpetrando insanidades, como falar em estado de sítio”, afirmou. “Ele deve deixar de ser amigo do coronavírus e se tornar amigo da população que precisa de apoio para vencer a doença”, disse o governador maranhense. **Pág. 3**

Major Olimpio explicou por qual razão considerava Bolsonaro bundão

“Coisa de bundão, Bolsonaro, é não explicar por que Queiroz põe dinheiro na conta da sua mulher”, gravou o senador Major Olimpio (PSL-SP), em vídeo de 25 de agosto de 2020. O senador nos deixou na última quinta-feira (18), vítima da Covid-19. **Pág. 3**

Covid: 1 em 4 mortos é brasileiro. ‘Brasil dá exemplo’, diz Bolsonaro

A morte de quase três mil brasileiros todos os dias por Covid-19 não tem o mesmo significado para todos. O Brasil já é o país com o maior número diário de mortes no mundo, mais do que o dobro do segundo colocado (EUA). Governadores e prefeitos se esforçam para diminuir a contaminação, com quarentena, lockdown etc, enquanto se articulam para comprar a vacina, garantir oxigênio, já que não conseguem contar com o Ministério. Mas, para Bolsonaro, tudo vai bem. Provocou aglomeração na porta do Palácio no domingo (21), tirou a máscara na hora de falar, ameaçou a democracia, falou contra as medidas emergenciais de combate à Covid. Para completar, no dia seguinte (segunda-feira), em live, disse que em relação à pandemia “o Brasil vem dando exemplo”. **Página 4**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

500 economistas condenam negacionismo do governo

Centenas de economistas repelem negacionismo frente à pandemia



Gov. federal cruzou os braços frente ao sofrimento e óbitos do povo

“Elevar juros é burrice e não vai segurar os preços”, diz Nilson Araújo de Souza

O economista Nilson Araújo de Souza, doutor em economia pela Universidade Autónoma do México (Unam), pós-doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, afirmou, em entrevista ao HP, que “a pressão inflacionária que vem desde meados do ano passado não tem nada a ver com pressão da demanda”, um dos argumentos usados pelo Banco Central para elevar a taxa básica de juros de 2% para 2,75% na quarta-feira (17), ou seja, um aumento de quase 40%.

“Já conhecemos o script: basta anunciar que a tendência dos juros básicos é de alta, como fez o Copom na última reunião, que começa a apontar para um impacto negativo na atividade econômica”, advertiu.

HP: A elevação da inflação tem relação com alta da demanda? 2) Como avalia a alta da taxa de juros pelo BC em recessão?

NILSON ARAÚJO: Não, a pressão inflacionária que vem desde meados do ano passado não tem nada a ver com pressão da demanda. Com uma economia deprimida como a nossa, há já bastante tempo, mas agravada do ano passado para cá, com a emergência da Covid-19, a demanda não tem como pressionar os preços para cima. Com a forte capacidade ociosa, se houvesse crescimento da demanda, o mais provável é que estimularia o aumento da produção, e não dos preços.

Está claro de onde vem a pressão inflacionária: dos alimentos e dos combustíveis. E de onde surgiu a “inflação dos alimentos”? Faz parte da tradição econômica brasileira a formação de estoques reguladores de alimentos. O que significa isso? Que, durante a safra, o governo adquire produtos agrícolas a fim de manter os preços ao produtor e abastecer o mercado interno durante a entressafra. Na entressafra, o governo garante o abastecimento interno, impedindo, ademais, o aumento dos preços.

Ocorre que os estoques reguladores, que vêm caindo desde o governo Dilma e desabaram no governo Temer, foram completamente desmontados na gestão Bolsonaro-Guedes, sob a alegação de que se deveria economizar o custo da armazenagem. O resultado foi que, quando da safra do ano passado, no primeiro semestre, em lugar de adquirir produtos para formar os estoques reguladores, o governo estimulou que eles fossem exportados e, quando chegou a entressafra no segundo semestre, não havia produtos para abastecer o mercado interno, tendo que importar até arroz a preço internacional, e com o dólar caro. A safra deste ano começou a ser colhida no mês passado, mas tudo indica que o governo não aprendeu com a história e segue sem formar os estoques reguladores.

Quanto aos combustíveis, o Brasil, com o pré-sal, tornou-se autossuficiente em petróleo, além de possuir capacidade de refino suficiente para abastecer o mercado interno de derivados de petróleo. Mas o governo, subordinado à política das transnacionais petrolíferas, tem permitido a exportação

de petróleo em bruto, que é refinado nas refinarias das petrolíferas em suas sedes, tendo que importar os derivados. A que preço? Ao preço internacional, que tem estado aumentando, corrigido pela taxa de câmbio, que tem estado em elevação, ou seja, paga-se cada vez mais caro em dólar pelos derivados de petróleo, e cada vez mais reais pelo preço em dólar desses derivados.

Essa situação se agrava porque, com a ausência de planejamento, a desorganização da cadeia produtiva produzida pela crise cobra seu preço: por exemplo, pesquisa realizada entre industriais no final do ano passado indicava que 78% deles estavam tendo dificuldade com o fornecimento de insumos e matérias primas.

HP: Como você avalia a alta da taxa de juros decidida pelo BC com o país em recessão?

NILSON ARAÚJO: Quanto à decisão do Copom do Banco Central de elevar a taxa básica de juros, a Selic, eu já havia cantado a bola em entrevista à HP em dezembro do ano passado. Aumentou agora a Selic de 2% para 2,75% ao ano e, segundo as vozes de mau agouro dos representantes do mercado financeiro, vai chegar a 4% ao final deste ano e a 6% no ano que vem. A equipe do BC está na contramão do que ocorre no mundo e inclusive do arremedo de teoria que costumava usar. Usa a versão mais burra desse arremedo de teoria.

Para os discípulos de pouca ou nenhuma inteligência desse arremedo, a inflação sempre resulta do aumento da demanda, que, por sua vez, seria derivado do aumento do gasto público, do salário e do crédito. E sempre apresentam a receita de que, para combater a inflação, tem que aumentar a taxa de juros porque assim, pagando mais juros, o governo gastaria menos em investimento e custeio, os assalariados teriam menos renda para comprar e tomariam menos dinheiro emprestado e as empresas usariam menos créditos para seus investimentos (ao contrário, aplicariam seus recursos no mercado financeiro). Com isso, cairia a demanda e pressionaria a inflação para baixo.

A isso, acrescentam um argumento mais “sofisticado”. Teriam derrubado demais os juros básicos; isso teria afugentado os capitais e pressionado, em consequência, a taxa de câmbio para cima, ou seja, desvalorizado o real. Com isso, os preços em reais dos produtos importados teriam subido, pressionando a inflação para cima. Ora, como demonstra muito bem o economista José Luís Oreiro, o que interessa aos especuladores estrangeiros são os juros de longo prazo, o chamado “juro longo”, e esse tem estado alto. Portanto, não é essa a causa da fuga de capitais; ela se deve à desconfiança dos “investidores” estrangeiros em relação às loucuras de Bolsonaro.

Ocorre que os mais sensatos e, portanto, menos dogmáticos dessa “escola” admitem que, a depender de como anda a economia, pode haver outras causas da inflação. Foi isso que ocorreu em 1967, quando Delfim Netto assumiu o Ministério da Fa-



zenda, que vinha de uma longa recessão, e diagnosticou que a inflação era de custo. Foi taxado pelos monetaristas doentios de uma espécie de estruturalismo bizarro. Mas foi assim que pôde contribuir para o crescimento da economia.

Não é difícil chegar a essa avaliação. Com a economia operando a plena capacidade, um repentino aumento da demanda não pode ser acompanhado por imediato aumento da oferta e os preços sobem. Mas, com a economia operado com capacidade ociosa, o aumento da demanda pode resultar em aumento da oferta, e não dos preços.

Assim, até esses monetaristas um pouco mais inteligentes podem admitir que a atual pressão inflacionária no Brasil não vem da demanda, apesar do auxílio emergencial do ano passado. Tanto é que, mesmo depois da suspensão do auxílio emergencial, a pressão continuou. Além disso, enquanto o preço médio dos alimentos subiu cerca de 15% nos últimos 12 meses, o chamado núcleo da inflação, que exclui alimentos e combustíveis, está em torno de 3% ao ano, permanecendo dentro da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional. Como indicamos na resposta anterior, é uma inflação nascida de ações do governo que desorganizaram a oferta.

Já conhecemos o script: basta anunciar que a tendência dos juros básicos é de alta, como fez o Copom na última reunião, que começa a apontar para um impacto negativo na atividade econômica. E isso num momento em que, pela quase anulação dos estímulos fiscais (o governo gastou até outubro R\$ 456,84 bilhões, ou seja, 77,7% dos pacotes emergenciais aprovados pelo Congresso, no montante de R\$ 587,46 bilhões, que correspondem a 8% do PIB e, agora, depois de três meses de suspensão, o governo anuncia que vai gastar apenas R\$ 44 bilhões no auxílio emergencial), agravado pelo recrudescimento da pandemia, a economia já anda mal das pernas.

O ultraneoliberalismo da turma de Guedes é pura burrice. Mas há uma explicação: encher de dinheiro as burras dos rentistas do sistema financeiro, o quais vinham aceitando juros básicos (Selic) mais baixos por duas razões: a) o que mais lhes interessa, sobretudo aos de fora, é o “juro longo”, ou seja, as operações de longo prazo, e esse “juro longo” tem estado alto, devido à “fuga de capitais”, desconfiados das loucuras de Bolsonaro, conforme sustenta o economista José Luís Oreiro: b) porque receberam no ano passado cerca de R\$ 1,3 trilhão do governo.

Em carta aberta, mais de 500 personalidades de várias instituições públicas e privadas, entre ex-ministros e ex-presidentes do BC, acadêmicos, empresários e banqueiros, afirmam que “a situação econômica e social é desoladora” e “a vacinação em massa é condição sine qua non para a recuperação econômica e redução dos óbitos”.

Economistas, banqueiros e empresários, entre ex-presidentes do Banco Central, ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do BNDES, como Marcilio Marques Moreira, Pedro Malan, Mailson da Nóbrega, Rubem Ricupero, Afonso Celso Pastore, Armínio Fraga, Gustavo Loyola, Ilan Goldfajn e Pérsio Arida, Edmar Bacha e Eleazar de Carvalho, divulgaram uma carta aberta, neste domingo (21), intitulada “País Exige Respeito; a Vida Necessita da Ciência e do Bom Governo”.

Eles afirmam no documento, que foi divulgado com 220 assinaturas e que já tem mais de 500 signatários de vários setores, inclusive do mercado financeiro, que “a situação econômica e social é desoladora” e “a vacinação em massa é condição sine qua non para a recuperação econômica e redução dos óbitos”. “A insuficiente oferta de vacinas no país não se deve ao seu elevado custo, nem à falta de recursos orçamentários, mas à falta de prioridade atribuída à vacinação”, destacam.

“Enquanto caminhamos para atingir a marca tétrica de 3 mil mortes por dia e um total de mortes acumuladas de 300 mil ainda esse mês, o quadro fica ainda mais alarmante com o esgotamento dos recursos de saúde na grande maioria de estados, com insuficiente número de leitos de UTI, respiradores e profissionais de saúde. Essa situação tem levado a mortes de pacientes na espera pelo atendimento, contribuindo para uma maior letalidade da doença”, ressaltam.

Segundo o documento, “esta recessão, assim como suas consequências sociais nefastas, foi causada pela pandemia e não será superada enquanto a pandemia não for controlada por uma atuação competente do governo federal. Este subutiliza ou utiliza mal os recursos de que dispõe, inclusive por ignorar ou negligenciar a evidência científica no desenho das ações para lidar com a pandemia. Sabemos que a saída definitiva da crise requer a vacinação em massa da população”.

“O PIB encolheu 4,1% em 2020 e provavelmente observaremos uma contração no nível de atividade no primeiro trimestre deste ano. A taxa de desemprego, por volta de 14,4%, é a mais elevada da série histórica, e subestima o aumento do desemprego,

Subsidiar máquina de fora destroi a indústria nacional e empregos

O governo Bolsonaro anunciou a redução em 10% no Imposto de Importação de bens de capital (BK) e de informática e telecomunicações (BIT), com produtos como celulares e computadores, e para máquinas e equipamentos usadas em indústrias.

A redução tarifária foi aprovada na quarta-feira (17), em reunião do Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior do Ministério da Economia (Camex), abrangendo 1.495 códigos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) que não dependem de negociação com os demais parceiros do Mercosul.

Com a redução aprovada, uma máquina que hoje paga 10% de imposto, por exemplo, passará a pagar 9%. Já um eletrônico que paga 16% de imposto passará a pagar 14,4%. Adicionalmente, todas as alíquotas de 2% serão reduzidas para zero.

Para José Velloso, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a decisão do governo “vai gerar desemprego na pandemia, afetando vagas formais e de qualidade. Vai impactar exportações e diminuir arrecadação”.

“Investimento, hoje, é va-

pois a pandemia fez com que muitos trabalhadores deixassem de procurar emprego, levando a uma queda da força de trabalho entre fevereiro e dezembro de 5,5 milhões de pessoas”, avaliam.

“A contração da economia afetou desproporcionalmente trabalhadores mais pobres e vulneráveis, com uma queda de 10,5% no número de trabalhadores informais empregados, aproximadamente duas vezes a queda proporcional no número de trabalhadores formais empregados”.

Eles alertam que “o quadro atual ainda poderá deteriorar-se muito se não houver esforços efetivos de coordenação nacional no apoio a governadores e prefeitos para limitação de mobilidade. Enquanto se busca encurtar os tempos e aumentar o número de doses de vacina disponíveis, é urgente o reforço de medidas de distanciamento social. Da mesma forma é essencial a introdução de incentivos e políticas públicas para uso de máscaras mais eficientes, em linha com os esforços observados na União Europeia e nos Estados Unidos”.

Os signatários do documento destacam o papel negacionista de Jair Bolsonaro frente à pandemia.

“Apesar do negacionismo de alguns poucos, praticamente todos os líderes da comunidade internacional tomaram a frente no combate ao Covid-19 desde março de 2020, quando a OMS declarou o caráter pandêmico da crise sanitária. Informando, notando a gravidade de uma crise sem precedentes em 100 anos, guiando a ação dos indivíduos e influenciando o comportamento social”.

“Líderes políticos, com acesso à mídia e às redes, recursos de Estado, e comandando atenção, fazem a diferença: para o bem e para o mal. O desdémio à ciência, o apelo a tratamentos sem evidência de eficácia, o estímulo à aglomeração, e o flerte com o movimento antivacina, caracterizou a liderança política maior no país. Essa postura reforça normas antissociais, dificulta a adesão da população a comportamentos responsáveis, amplia o número de infectados e de óbitos, aumenta custos que o país incorre”. Leia a íntegra da carta no site da HORA DO POVO: <https://horadopovo.com.br/ex-ministros-e-mais-de-500-economistas-criticam-negacionismo-de-bolsonaro-combate-a-pandemia/>

“Líderes políticos, com acesso à mídia e às redes, recursos de Estado, e comandando atenção, fazem a diferença: para o bem e para o mal. O desdémio à ciência, o apelo a tratamentos sem evidência de eficácia, o estímulo à aglomeração, e o flerte com o movimento antivacina, caracterizou a liderança política maior no país. Essa postura reforça normas antissociais, dificulta a adesão da população a comportamentos responsáveis, amplia o número de infectados e de óbitos, aumenta custos que o país incorre”. Leia a íntegra da carta no site da HORA DO POVO: <https://horadopovo.com.br/ex-ministros-e-mais-de-500-economistas-criticam-negacionismo-de-bolsonaro-combate-a-pandemia/>

“Líderes políticos, com acesso à mídia e às redes, recursos de Estado, e comandando atenção, fazem a diferença: para o bem e para o mal. O desdémio à ciência, o apelo a tratamentos sem evidência de eficácia, o estímulo à aglomeração, e o flerte com o movimento antivacina, caracterizou a liderança política maior no país. Essa postura reforça normas antissociais, dificulta a adesão da população a comportamentos responsáveis, amplia o número de infectados e de óbitos, aumenta custos que o país incorre”. Leia a íntegra da carta no site da HORA DO POVO: <https://horadopovo.com.br/ex-ministros-e-mais-de-500-economistas-criticam-negacionismo-de-bolsonaro-combate-a-pandemia/>

O presidente da Abimaq questionou por que o governo não esperou a reunião do Mercosul, no dia 26, para aprovar uma redução da Tarifa Externa Comum (TEC). “Se o Mercosul não der permissão, o Brasil já baixou BK e BIT. O governo escolheu o perdedor”, afirmou.

A medida, que deve entrar em vigor na semana que vem, pegou os empresários do setor a indústria eletro eletrônica de surpresa. Segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletro Eletrônica, Humberto Barbató, já estava agendado uma reunião com ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar assuntos do setor. “É um incêndio por semana que a gente tem de apagar no Brasil”, declarou Barbató, que considerou a decisão “intempestiva e improvável que só vai trazer prejuízos e insegurança ao setor”.



SBPC comemora decisão da Câmara de derrubar vetos de Bolsonaro contra a ciência e tecnologia

“Vetos travavam recursos do fundo de Ciência e Tecnologia “em um momento crítico desta crise sanitária, social, econômica como este que estamos enfrentando”, declarou Ildeu de Castro, presidente da entidade

A mobilização de entidades científicas pela garantia de recursos para ciência e tecnologia se desdobrou na derrubada, pelo Congresso Nacional, dos vetos de Jair Bolsonaro à Lei Complementar n.177 – que travaram os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Na quarta-feira (17), o Congresso rejeitou o pacote de vetos à lei que impedia o bloqueio e contingenciamento dos recursos do fundo, o principal mecanismo de financiamento de ciência e tecnologia do país.

“É uma vitória importantíssima que dá um alento grande para todos nós, ainda mais em um momento crítico desta crise sanitária, social, econômica como este que estamos enfrentando”, afirmou o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira, acrescentando que as entidades científicas estão lutando há anos para que o FNDCT se transformasse em um fundo financeiro, não estando sujeito, assim, às reservas de contingência.

Bolsonaro retirou na canetada a norma sobre a proibição de que os recursos do FNDCT sejam alocados em reservas de contingência, fiscal ou financeira, alegando que a norma criaria despesa nova e romperia com o Teto de Gastos.

Dos recursos previstos para investimentos em ciência e tecnologia oriundos do fundo no ano passado – quando a pandemia chegou ao país – apenas 15% foi liberado da reserva de contingência. Mas, com a reversão de um dos vetos, em 2021 o total arrecadado para o FNDCT (cerca de 7 bilhões) deve ser destinado efetivamente para a produção de conhecimento científico.

Esses recursos são fundamentais para fomentar pesquisas científicas e desenvolvimento de tecnologias (inclusive de imunizantes contra a Covid-19) em um momento em que o país é o epicentro desta grave crise sanitária mundial.

“A comunidade científica tem que permanecer atenta, ativa e atuante para que a destinação do FNDCT seja de fato direcionada para as prioridades. Esta vitória foi muito importante, mas tem que ser consolidada. E isso só acontecerá quando os recursos estiverem nos laboratórios, nas bolsas de pesquisa, nos editais universais. O objetivo final é o recurso público ser usado para melhorar a ciência brasileira”, afirmou o presidente da SBPC.

Chantagem do governo ainda põe recursos em risco

Ildeu Castro chama atenção para os riscos que ainda rondam o FNDCT: a PEC 186, do auxílio emergencial, pode comprometer as reservas dos fundos financeiros, caso o governo continue condicionando o pagamento da renda de emergência ao corte do orçamento de áreas essenciais.

“A comunidade tem que acompanhar porque o tempo todo aparecem gatilhos como a PEC 186, que permite utilizar as reservas financeiras de todos esses fundos para pagar a dívida pública”.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): OCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.dff@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Reprodução/TV Vermelho

Haroldo Lima, dirigente histórico do PCdoB A torcida por Haroldo nos versos de Renildo Calheiros

O líder do PCdoB na Câmara, deputado Renildo Calheiros (PE), escreveu um poema em que homenageia e fala da sua confiança na recuperação de Haroldo Lima, histórico dirigente do PCdoB.

O poema de Renildo se insere numa corrente positiva formada pelo pronto restabelecimento do dirigente comunista, impulsionada pelos seus companheiros e companheiras de militância partidária, parentes e amigos.

O poema tem circulado pelas redes sociais e nos grupos de mensagens instantâneas de militantes do PCdoB acompanhado de votos pela recuperação de Haroldo Lima.

Haroldo Lima, 81 anos, é ex-deputado federal pelo PCdoB da Bahia e ex-presidente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). É membro da Comissão Política do Comitê Central do PCdoB. Nasceu em Caetité, interior da Bahia, em 7 de outubro de 1939.

Leia a seguir a íntegra do poema:

RENILDO CALHEIROS (*)

São dias muito tristes,
Tempos difíceis,
Mas Esperança existe,
A chance persiste,
Haroldo não desiste.
Por mais susto que dê,
É Forte como Maciste,
A vida vai vencer.

Quem subiu correnteza,
Percorreu o sertão,
Caminhou na caatinga,
Fincou frutos no chão,
Não se vai desse jeito,
Só tomba em combate,
Com armas na mão.

Um orador vibrante,
De grande coração,
Por toda vida lutou,
Sempre muita paixão,
Já botou pra quebrar,
Jamais vai viajar,
Sem a revolução.

Daqui uns dias estará,
Alegre entre nós,
chamando de baixinhos,
Levantando sua voz,
Referência pra todos,
Guerreiro do povo,
Um dos nossos heróis.

Escapou de armadilhas,
Livrou-se de tocaias,
Pulou muitas fogueiras,
Soltou muitas jandaias,
Navegou muitos mares,
Fugiu das arraiais,
Suas veias tem sangue,
E águas do Araguaia.

Peçam logo ao Doutor,
Para dizer a ele,
Que escuta um barulho,
Ainda distante,
Que é povo marchando,
Com gritos radiantes,
Querendo ouvir Haroldo,
O seu comandante.

Ele vai com certeza,
No mesmo instante,
Arrancar esses tubos,
Se curar de tudo,
Descer para a rua,
Soprar num berrante,
Que a praça é do povo,
Assim é Haroldo,
Tem alma de Gigante.

Boa sorte camarada,
Estamos te esperando.

(*) Deputado, líder do PCdoB na Câmara. Presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) de 1984 a 1986. Foi prefeito de Olinda (PE) por dois mandatos,

Bolsonaro persegue sociólogo por causa de 'um pequi roído'



Reprodução

O outdoor que tanto incomodou Bolsonaro e que obrigou a PF a investigar "Coisa de bundão, Bolsonaro, é não explicar por que Queiroz põe dinheiro na conta da sua mulher", disse Major Olímpio em vídeo

O senador Major Olímpio (PSL-SP) nos deixou na última quinta-feira (18), vítima da Covid-19. Foi o senador mais votado do país nas eleições de 2018. Pouco tempo depois de assumir os trabalhos parlamentares, ele se afastou do governo.

Olímpio passou a ser um crítico contundente das atitudes insanas de Bolsonaro, particularmente de suas sabotagens à luta contra a pandemia do coronavírus.

O senador já apontava, em agosto de 2020, como pode ser visto no vídeo, o negacionismo de Bolsonaro como principal responsável pelas milhares de mortes que ocorriam no Brasil. Naquela ocasião, como diz o senador, eram 115 mil os brasileiros mortos pela Covid-19.

Hoje são quase 300 mil os mortos, entre

eles o próprio senador, vítimas da pandemia e da sabotagem de Bolsonaro às vacinas e das medidas de proteção da população do país.

O senador paulista confrontou-se contundentemente com a afirmação que Bolsonaro fez na época, de que morrer de Covid-19 era "coisa de bundão". Nessa oportunidade, Bolsonaro tinha dito também que não corria risco devido ao seu "histórico de atleta" e chamou a doença e gripezinha.

"Isso é um desrespeito a todos os que se foram, um desrespeito às famílias, um desrespeito àqueles que ainda serão contaminados e ainda morrerão por irresponsabilidade, por negacionismo do presidente da República", disse o senador.

E prosseguiu: "Coisa de bundão, Jair Bolsonaro, é não explicar

por que o Queiroz põe dinheiro na conta da sua mulher", disse o senador. "Isso é coisa de bundão. Conta porque que é. Não fica tentando sair das questões atacando o mundo, desprezando a vida daqueles que se foram. Então, presidente, a sua conduta é de bundão", prosseguiu o Major Olímpio. "A primeira oportunidade que eu tiver um evento público eu vou olhar nos seus olhos e vou te chamar de presidente bundão", concluiu o senador.

O resgate da manifestação do senador é uma prova de que à época ele foi um dos poucos parlamentares a desnudar uma das características da personalidade de Bolsonaro: a covardia diante dos mais fracos que sucumbiram na pandemia e a tergiversação sobre seus próprios crimes.

Ciro Gomes: "todo mundo tem que estar junto em 2022" para derrotar Bolsonaro

José Cruz/ABR

Ciro Gomes, presidente do PDT, o partido de Leonel Brizola, em entrevista hoje (20) ao Estadão, apontou o que considera as duas tarefas principais das forças democráticas do país no momento.

"A primeira é derrotar o Bolsonaro e, neste sentido, todos os democratas – pouco me importa se são de direita, de esquerda, de centro, se são de Marte, de Vênus, de Mercúrio –, todos temos a responsabilidade de criarmos um ambiente para isso. Segundo, é grande a necessidade estratégica deste momento. Eu não vou deixar o Lula ganhar essa na lambança. E construir o futuro e, infelizmente, neste sentido a largueza que eu sonho não é possível pelas nossas diferenças".

O ex-ministro e ex-governador acaba de ser processado por Bolsonaro, o que não deixa de ser um troféu, em se tratando do pior presidente de todos os tempos, inimigo da vida e da vacina em plena pandemia agravada pelas novas cepas; opositor jurado da democracia política; sabotador das ações de apoio a quem mais precisa nesse momento de grave pandemia, negando a milhões de brasileiros uma oportunidade de emprego, de trabalho, e até o pão de cada dia.

Ciro, sobre a possibilidade da reprodução da polarização, em 2022, entre Lula e Bolsonaro, em face do restabelecimento dos direitos políticos do ex-presidente, ainda que temporariamente, é enfático: "Eu não vou deixar o Lula ganhar essa na lambança". E vai além sobre a situação do petista, que, segundo ele, "não foi proclamado inocente; ele, de novo, está mentindo".

Mas, nada melhor do que o primeiro (desafio) é derrotar o bolsonarismo boçal, corrupto que está le-



Ex-governador de Maranhão, Flávio Dino, vice do PDT

MAC

ESTRATÉGIA PARA 22 "O meu partido tem uma deliberação de que eu sou candidato e eu estou muito motivado para ser. É isso por uma circunstância: eu acho que a solução para a terra arrasada, sob os pontos de vista sanitário, social e econômico que o Bolsonaro vai deixar exige um novo projeto nacional de desenvolvimento, um novo desenho do diálogo nacional para sustentar as bases desse projeto, muita imaginação institucional para inovar e, neste sentido, acho que o lulopetismo é uma volta ao passado ilusória".

"Há duas tarefas (no momento): A primeira é derrotar o Bolsonaro e, neste sentido, todos os democratas – pouco me importa se são de direita, de esquerda, de centro, de Marte, de Vênus, de Mercúrio –, todos temos a responsabilidade de criarmos um ambiente para isso. Segundo, é grande a necessidade estratégica deste momento. Eu não vou deixar o Lula ganhar essa na lambança. E construir o futuro e, infelizmente, neste sentido a largueza que eu sonho não é possível pelas nossas diferenças."

"O primeiro (desafio) é derrotar o bolsonarismo boçal, corrupto que está le-

vando o Brasil a uma condição de terra arrasada. O Brasil está vivendo a pior crise de sua história sem rival. Então, essa é uma tarefa em que todo mundo tem que estar junto. Eu não vou escolher quem está e quem não está".

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

"A solução para a terra arrasada, sob os pontos de vista sanitário, social e econômico que o Bolsonaro vai deixar, exige um novo projeto nacional de desenvolvimento".

"Não existe projeto nacional sem uma estrutura de defesa profissional altamente tecnológica. Mas, em nenhuma circunstância, a alta cúpula das Forças Armadas pode ser transformada em um partido político. Hoje, isso virou um problema grave. Quando você vê um imbecil completo como o (Eduardo) Pazuello posando em cima de 287 mil brasileiros mortos e arrogantemente pregando uma continuidade, sendo general da ativa, isso é um problema grave. Sabe onde existe isso? Em repúblicas de bananas de quinta categoria. Em um governo meu, a legislação será mudada na primeira hora: militar se quiser entrar para a política larga a farda, vai para a reserva, como em qualquer país civilizado."

Texto na íntegra em www.horadopovo.com.br

Gasta tempo e dinheiro da PF obrigando o órgão a abrir inquéritos para investigar os críticos do seu desgoverno

Bolsonaro e o muito ocupado ministro da Justiça e Segurança, André Mendonça, mandaram a Polícia Federal abrir um inquérito para investigar o sociólogo Tiago Costa Rodrigues e um empresário por publicarem dois outdoors que comparavam o presidente a um 'pequi roído' em Palmas (TO).

As peças foram instaladas na cidade em agosto do ano passado.

Tiago fez uma vaquinha online para publicar os outdoors. Uma das publicações dizia: "Cabra à toa, não vale um pequi roído. Palmas quer impeachment, já". Na outra placa estava escrito: "Ai mente! Vaza Bolsonaro, o Tocantins quer paz".

Ele foi "denunciado" à Polícia Federal, mas o órgão acabou arquivando o processo. A decisão foi comunicada ao ministro em outubro do ano passado e ao próprio Bolsonaro.

O caso ganhou muita repercussão na época, fazendo com que o ministro da Justiça, desesperado, mandasse a PF abrir outro inquérito.

O documento assinado pelo ministro afirma que as publicações tiveram grande repercussão negativa pela atribuição da mensagem à sociedade tocantinense. "Diante dos fatos narrados, requisito ao diretor-geral da Polícia Federal que adote as providências para abertura de inquérito policial com vistas à imediata apuração de crime contra a honra do presidente", diz trecho do documento de André Mendonça.

Com a queda de popularidade de Bolsonaro cada vez maior e a população criticando cada vez mais sua péssima gestão na pandemia e na economia, com a carestia disparando e o

"Para ocultar a sua incompetência, Bolsonaro cria insanidades como esta de estado de sítio", afirma Flávio Dino

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), declarou, em vídeo divulgado na sexta-feira (19), que Bolsonaro "deve deixar de ser amigo do coronavírus e se tornar amigo da população que precisa de apoio para vencer a doença". A declaração se refere à ação movida por Bolsonaro contra as medidas tomadas por governadores e prefeitos para fazer frente ao avanço da pandemia.

"Desde o início da pandemia o presidente da República tem sido irresponsável. E o maior amigo e aliado do coronavírus no Brasil. E agora ele resolveu, e vez de combater o coronavírus, combater os governadores. Nós lamentamos muito essa decisão e temos a convicção que o Supremo Tribunal Federal não vai acolher esse disparate jurídico, uma vez que a própria jurisprudência do STF já interpretou a Constituição da República, especialmente os artigos 23 e 24, no sentido de que haveria uma competência também comum em Estados e municípios", disse Flávio Dino.

"O presidente da República não sabe o que fazer com a economia, que cabe a ele gerir, conforme a Constituição. Para esconder a in-

Bolsonaro usou live para debochar de pacientes entubados com falta de ar

Enquanto o país inteiro exige do governo federal que ele tenha agilidade na vacinação da população brasileira para que o Brasil possa deter o avanço da pandemia do coronavírus, Jair Bolsonaro simplesmente debochou da tragédia vivida pelos doentes infectados pelo vírus.

Ele usou sua live que foi ao ar na quinta-feira (18) para imitar jocosamente os pacientes em busca de ar para respirar.

O sarcasmo com que Bolsonaro tratou o sofrimento dos brasileiros que estão entre a vida e a morte nos hospitais do país é simplesmente monstruoso.

Como se não bastasse isso, ele acusou os médicos brasileiros por tudo o que está ocorrendo no país. Disse que as mortes estão acontecendo porque os profissionais de saúde não estão receitando um cloroquina e a ivermectina, duas drogas comprovadamente eficazes contra a Covid-19.

O charlatão sabota as vacinas, ataca as máscaras, reduz

auxílio irrisório, o ministro da Justiça vai ter muito trabalho aqui para a frente. E vai ser um trabalho e tanto tentar enquadrar toda a população na Lei de Segurança Nacional (LSN).

O caso está sendo investigado pela PF de Brasília e os dois investigados já foram ouvidos em depoimento.

PEQUI ROÍDO

Pequi roído é familiar para os moradores do Cerrado brasileiro. A expressão 'não vale um pequi roído' foi uma das mais procuradas na internet após a publicação dos outdoors.

A influencer de Palmas, Musa Dumont, ouvida pelo G1, explicou em vídeo o que significa o termo, mostrando como se comer um pequi e como o fruto fica após ser roído. Por que um pequi roído pode ser considerado algo ruim?

Segundo ela, o pequi é um fruto que deve ser 'roído' porque o caroço dele é cheio de espinhos. Se for mordido, pode machucar a boca. Por esse motivo, após roer o pequi as pessoas acabam jogando o caroço fora, por não ter mais utilidade.

Ela diz que quando viu os outdoors na época da instalação apenas achou graça da peça que incomodou tanto Bolsonaro e o ministro da Justiça.

"Teve um vídeo que eu fiz um tempo atrás sobre a treta do pequi entre Tocantins, Goiás e Minas Gerais, pra ver quem ficaria com o patrimônio do pequi", conta a influencer, em referência à disputa dos estados sobre o título de capital do pequi.

"Eu percebi nos comentários, muita gente perguntando o que é um pequi, aí surgiu a ideia, eu roteizei rapidinho e fiz o vídeo. Deu um trabalho abrir aquele pequi [com a faca no vídeo]", relatou.

competência, fica perpetrando insanidades, como falar em estado de sítio. Deveria tratar de trabalhar, dar expediente, ter uma agenda séria", afirmou o governador.

"Por isso que eu lamento muito que num momento como este de tanto clamor nos hospitais haja esse tipo de iniciativa. Nós temos certeza que nem o STF e nem o Congresso darão proteção a esse tipo de aventura, de irresponsabilidade absolutamente deplorável. Reiteramos o nosso convite para que o presidente da República participe do pacto nacional pela vida e pela saúde", prosseguiu.

"Nós não excluímos o presidente da República, ele que se auto exclui. Nós reiteramos o convite ao presidente do Senado, da Câmara e ao presidente da República por essa união de esforços, como vemos em outros países, sob a liderança dos presidentes da República para que haja a superação do coronavírus. Estamos pedindo, através da proposta de pacto, ao presidente da República, ao invés de ser amigo do coronavírus, seja amigo da população que precisa vencer essa doença", completou.

Queiroga não assumiu Saúde porque é réu por apropriação indébita, diz a revista Crusoé

O cardiologista Marcelo Queiroga não foi oficializado ainda como novo ministro da Saúde porque é réu por apropriação indébita cometida em um hospital que administrou.

Uma reportagem da revista Crusoé mostra que Queiroga e outros seis médicos que administravam o Hospital Prontocor, um pronto-socorro cardiológico de João Pessoa, foram denunciados por não recolherem as contribuições previdenciárias descontadas dos salários dos funcionários.

A denúncia foi feita pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2006. O caso hoje tramita na 1ª Turma Criminal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Marcelo Queiroga foi indicado para Jair Bolsonaro para assumir o cargo de ministro da Saúde, o quarto desde o começo da pandemia, pelo senador Flávio Bolsonaro.

Fontes do governo, ouvidas pelo site Congresso Em Foco, também afirmaram que a nomeação oficial está sendo adiada porque Bolsonaro está pensando em como proteger Eduardo Pazuello mantendo seu foro privilegiado.

Atualmente, enquanto ministro, ele é investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por ter se omitido do combate à pandemia.

Governo cancelou compras do “kit intubação” em setembro de 2020

Segundo relatório do Conselho Nacional de Saúde, não houve explicação do governo para o cancelamento da importação dos insumos vitais para pacientes com Covid-19

O governo Bolsonaro cancelou, em agosto de 2020, a compra de medicamentos que formam o chamado “kit intubação”. A informação consta em um relatório do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Treze dos vinte e três itens solicitados foram cancelados por decisão do Ministério da Saúde.

OPERAÇÃO URUGUAI FOI CANCELADA

Em julho de 2020, o Ministério da Saúde havia comprado de empresas uruguaias 54.867 medicamentos usados na intubação de pacientes de Covid-19 em UTIs. Com o apoio das Forças Armadas, os insumos foram distribuídos às secretarias de Saúde do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que estavam com os estoques de medicamentos baixos. A iniciativa foi chamada de “Operação Uruguai”. Nesta altura a indústria brasileira já não estava conseguindo atender ao aumento da demanda.

Em agosto do mesmo ano, porém, o governo federal cancelou a chamada “Operação Uruguai II”, que tinha como objetivo importar do país vizinho mais insumos médicos necessários para o tratamento e intubação de pacientes vítimas da Covid-19. Segundo representantes do Conselho Nacional de Saúde, não houve explicação do governo para o cancelamento da importação dos insumos necessários.

HOSPITAIS ALERTARAM PARA FALTA DO PRODUTO

Agora, diante do agravamento da pandemia do coronavírus, hospitais do país inteiro estão alertando para a falta iminente dessas medicações que são vitais para o tratamento de pessoas com graves problemas respiratórios, como são os pacientes com Covid-19, assim como para a realização de qualquer tipo de anestesia. A situação é dramática. Pacientes morrerão sem ar por falta da medicação que permite sua colocação em ventilação mecânica.

Para a pesquisadora Cláudia Garcia Serpa Osorio-de-Castro, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, a atual escassez é “indesculpável”, uma vez que, em agosto do ano passado, no pico da primeira onda da pandemia, o grande uso de tais medicamentos já sinalizava a importância em adquiri-los com antecedência. “Houve uma demora do poder público em agir e uma desmobilização depois da primeira onda, inclusive dos hospitais de campanha, mesmo quando já se previa uma segunda onda. Existe uma inércia muito preocupante”, diz ela.

O ex-governador Ciro Gomes (PDT) denunciou o descabimento na administração federal da pandemia. Ele falou sobre o cancelamento da compra das medicações para intubação em agosto do ano passado. “Para os ‘ricos’ entenderem: Bolsonaro e Pazuello suspenderam as compras dos medicamentos para intubação e agora requisitaram o que resta desses insumos dos hospitais privados, que irão ficar sem medicamentos depois de amanhã”, disse Ciro, através de seu twitter.

O Conselho Federal de Farmácia confirmou em nota, na quinta-feira (18/3), que “informações de farmacêuticos que atuam em hospitais e outros serviços de saúde de diversos pontos do país, bem como manifestação pública dos secretários estaduais e municipais da saúde e da própria indústria farmacêutica, evidenciam o desabastecimento de bloqueadores neuromusculares, sedativos e outros medicamentos utilizados em terapia intensiva, como o midazolam, essenciais a uma intubação humanizada e segura”.

CONFISCO: GOVERNO DESPE UM SANTO PARA COBRIR OUTRO

A “providência” tomada pelo governo Bolsonaro diante da crise tem o DNA do ministro afastado Eduardo Pazuello, que ainda não deixou o cargo por causa dos “problemas administrativos” do novo titular da pasta.

Conhecido pela logística primorosa – que provocou a morte de 30 pessoas em Manaus por falta de oxigênio – ele determinou o confisco pelo governo de todos os kits produzidos no país. Ao invés de corrigir a decisão errada tomada em agosto e acelerar as compras e até a importação dos produtos, ele decide pelo confisco. Ou seja, quer despir um santo para cobrir outro.

A associação que representa os hospitais privados do Brasil reagiu à desastrada medida afirmando que a iniciativa do Ministério da Saúde de requisitar medicamentos da indústria usados para intubar pacientes e destiná-los ao SUS pode fazer com que eles acabem em até 48 horas em algumas instituições privadas. “Precisamos que o governo dialogue o quanto antes com o setor privado. Nossos estoques estão muito baixos e não estão sendo repostos pela indústria por conta das requisições administrativas que o ministério está fazendo nas fábricas”, afirma o diretor-executivo da Associação Nacional de Hospitais Privado (Anahp), Marco Aurélio Ferreira.

A recomendação feita pelo CNS e encaminhada à Anvisa, ao Ministério da Saúde, ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, à Superintendência-Geral do Cade, ao Procon, Ministério Público, Defensoria Pública e entidades civis de defesa do consumidor, em seus respectivos Estados visava fazer com que o governo comprasse o mais rapidamente os produtos, inclusive com importação. O Tribunal de Contas da União (TCU) e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde também foram informados.

SECRETÁRIOS COBRAM MEDIDAS URGENTES

Em entrevista ao Jornal Nacional, Carlos Lula, Secretário de Saúde do Maranhão e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), explicou que a produção brasileira de medicamentos não deve atender a demanda crescente nos hospitais do país, que pode se estender por todo o mês de março até as duas primeiras semanas de abril. “Vai faltar kit intubação no país, vai faltar monitor, vai faltar bomba de infusão e o Ministério da Saúde tem que tentar prover isso”, disse Carlos Lula.

“O Ministério da Saúde terá que regular o uso e importar (medicamentos para intubação) o mais rápido possível, para eles não faltarem em um momento crítico”, afirmou Wilames Freire, presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais da Saúde (Conasems). “Não temos desabastecimento ainda, mas sim uma baixa no estoque, por conta do aumento de leitos e de pacientes intubados ter aumentado o consumo de kits intubação”, afirmou ele.

Em entrevista à CNN, Jonas Donizete, presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, afirmou que, desde o ano passado, alerta o Ministério da Saúde sobre a possível falta de medicamentos para a intubação de pacientes graves do novo coronavírus.

“Em julho e agosto já teve esse problema. Então fizemos o comunicado, no ano passado, quando teve o caso. Agora, com a situação de Manaus, nós reforçamos o pedido por uma coordenação nacional. E agora, mais recentemente, há cerca de 10 dias, mandamos um documento mais dramático, falando que se não houver uma medida do governo vamos ter perdas de vidas.”, explicou.



Treze dos 23 itens solicitados foram cancelados por decisão do Ministério

Em um mês, média de mortes pelo coronavírus duplica em 15 Estados

O Brasil registrou 1.259 mortes pela Covid-19 nas últimas 24 horas e totalizou neste domingo (21) 294.115 óbitos desde o início da pandemia.

Com isso, a média móvel de mortes no país nos últimos 7 dias chegou a 2.255, mais um recorde no índice. Em comparação à média de 14 dias atrás, a variação foi de +46%, indicando tendência de alta nos óbitos pela doença, segundo os dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), consolidados às 20h de domingo.

Já são 60 dias seguidos com a média móvel de mortes acima da marca de 1 mil, e pelo décimo quarto dia a marca aparece acima de 1,5 mil. Foram 23 recortes seguidos nesse índice, registrados de 27 de fevereiro até aqui.

No sábado (20), foi registrado o maior número de mortes registradas naquele dia da semana desde o início da pandemia, superando o recorde do sábado anterior (13), quando foram contabilizados 1.940 óbitos. Na sexta (19), pela primeira vez desde o início da pandemia, o país bateu a marca de 15

mil mortes em uma semana.

A sequência da média móvel foi na segunda (15) de 1.855 (recorde); Na terça (16) de 1.976 (recorde); Na quarta (17) de 2.031 (recorde); Na quinta (18) de 2.096 (recorde); na sexta (19) de 2.178 (recorde); no sábado (20) de 2.234 (recorde) e; Domingo (21) de 2.255 (recorde).

Em casos confirmados, desde o começo da pandemia 11.996.442 brasileiros já tiveram ou têm o novo coronavírus, com 47.107 desses confirmados no último dia. A média móvel nos últimos 7 dias foi de 73.344 novos diagnósticos por dia. Isso representa uma variação de +10% em relação aos casos registrados em duas semanas, o que indica tendência de estabilidade nos diagnósticos.

Essa média mais do que duplicou em 14 Estados e no Distrito Federal ao longo dos últimos 30 dias; em sete deles, essa média triplicou. O drama é traduzido nos números do Conass. A média móvel diária de óbitos no Brasil estava em 1.056 no dia 16 de fevereiro e pulou para 2.095 um mês depois, uma alta de 98,4%. No geral, só Amazonas, Roraima (Estados que passaram por picos em

janeiro e fevereiro) e o Rio não assistiram a uma alta nos registros ao longo do último mês.

A curva mais vertiginosa está sendo vista no Rio Grande do Sul. Há 30 dias, o Estado relatava média de 41 mortes por dia. Hoje, são mais de 250 vítimas diárias, alta de 500%. No Sul, a alta é acentuada: no Paraná, o aumento é de 322% e em Santa Catarina, de 391%. E há locais com fila de espera por respirador, como no Hospital de Clínicas de Porto Alegre.

Março tem se mostrado o mês de recortes da pandemia, com os maiores registros diários e semanais até aqui. Em 13 Estados, o mês trouxe a maior média de mortes na comparação com todo o período da pandemia. Em outros dois Estados, a maior marca foi em fevereiro e nas outras 12 unidades da federação, apesar da piora recente, as maiores médias ainda pertencem ao pico do ano passado, mas que tem tudo para ser batido nas próximas semanas. A atual média nacional vem tendo o recorde quebrado dia após dia nas últimas três semanas.

Sem leito disponível, Idoso com Covid-19 morre no chão de hospital em Teresina, PI

A foto de um idoso que morreu no chão de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) em Teresina, no Piauí, após ter complicações cardiorrespiratórias, chocou os brasileiros. O idoso morreu na tarde de quarta-feira (17), enquanto era atendido no chão da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do bairro Promorar, na zona sul de Teresina. Com superlotação por casos de Covid-19, a unidade de saúde não possuía maca para colocar o paciente.

De acordo com a Fundação Municipal de Saúde (FMS) de Teresina, o paciente chegou em estado grave, trazido nos braços de um parente, e a equipe de plantão iniciou as tentativas de reanimação imediatamente enquanto era providenciada uma maca.

A fundação disse ainda que todas as salas da unidade estavam ocupadas, inclusive os leitos extras. Segundo a FMS, devido à gravidade, não era possível interromper o processo de ressuscitação cardíaca.

O órgão informou que todos os recursos foram usados para a reanimação do paciente. Profissionais relataram que a UPA do Promorar passar por uma superlotação e falta de estrutura para lidar com a atual demanda.

A técnica em enfermagem Polyena Silveira, que atuou na equipe que atendeu o paciente, disse que



Enfermeira tentou ressuscitar o idoso na UPA

foram realizados mais de seis ciclos de reanimação cardiopulmonar e, mesmo assim, não conseguiram reanimar o paciente”.

“A pessoa que trouxe o paciente nos braços esperou um lugar para colocar o paciente, mas o cenário que nós estávamos não tínhamos onde colocá-lo a não ser no chão. Não tínhamos leitos e nem maca naquele momento”, afirmou Polyena, ao portal “Cidade Verde”, do Piauí. A técnica informou que o idoso deu entrada em estado grave com parada respiratória e a equipe que estava de plantão, três técnicas de enfermagem, um médico e uma enfermeira tentou reanimá-lo. O idoso foi levado para a Sala Vermelha, que atende pacientes de urgência, e no teste rápido, ele testou negativo para a Covid-19.

“Ficamos mais de 20 minutos de joelhos tentando reanimar o paciente”, conta. A técnica que trabalha há oito anos na rede hospitalar e presta serviço no HUT (Hospital de Urgência de Teresina) e na UPA do Promotar, conta o sentimento que o abateu quando o idoso morreu. “Fiquei sem palavras, sentir dor, e deixei essa dor escorrer pelos olhos e imaginava que poderia ser qualquer pessoa da minha família ali no chão. Ali estava olhando para todos os pacientes graves e fiquei olhando para o cenário e pensei: meu Deus o que é isso? Não temos onde colocar ninguém. Foi um momento de dor, naquele momento fiquei em choque e mais me doía, além de não trazer a vida de volta, foi aquela situação que não é digna de ninguém passar por aquilo ali”. “Quando tudo terminou, todos choramos”, disse.



Acordos foram assinados pelos nove governadores nordestinos

Consórcio Nordeste assina contrato para a compra de 37 milhões de doses da Sputnik V

Os governadores dos estados da região Nordeste do país assinaram, na quarta-feira (17), contratos individuais com o Fundo Soberano Russo, para finalizar a compra de 37 milhões de doses da vacina Sputnik V, desenvolvida pelo Instituto Gamaleya para combater o Covid-19.

Segundo o presidente do Consórcio do Nordeste, o piauiense Wellington Dias (PT), as doses serão entregues ao Brasil entre abril e julho de 2021. Durante a tarde, o Consórcio Nordeste se reuniu com o Ministério da Saúde para a assinatura do termo que disponibilizará estas vacinas ao Plano Nacional de Imunização, assim como a sua distribuição para todo o país.

Para fazer a contratação direta, os governadores nordestinos se apoiam na lei, sancionada na semana passada, que autoriza Estados e municípios a importarem vacinas aprovadas por autoridades de outros países e blocos como Estados Unidos, União Europeia, Japão, China, Reino Unido, Rússia, Índia, Coreia do Sul, Canadá, Austrália e Argentina.

Separadamente, o Ministério da Saúde já assinou um contrato para receber 10 milhões de doses da Sputnik V trazidas da Rússia pelo laboratório brasileiro União Química.

Cada dose da Sputnik V custará US\$ 9,95, o equivalente a cerca de R\$ 56 reais, em valores atuais.

Segundo informações do Consórcio, o cronograma de entrega começa em abril, com 2 milhões de doses. Depois mais 5 milhões em maio, 10 milhões em junho e 20 milhões em julho. Há a possibilidade de o montante de 5 milhões ser antecipado para maio.

De acordo com um vídeo publicado pelo presidente do consórcio, o governador do Piauí Wellington Dias (PT), os governadores também oficializaram um contrato individual com o Fundo Soberano Russo. “Equipes tanto do Nordeste como também do Ministério da Saúde estão trabalhando com um termo pela decisão que tomamos de colocar essas 37 milhões de doses com entrega já a partir de abril até julho, à disposição na regra do Programa Nacional de Imunização. Vacina para o Piauí, mas vacina também para todo o Brasil”, disse o governador.

A Sputnik V ainda não teve seu registro para uso emergencial liberado pela Anvisa, que até o momento cria barreiras para a aprovação do imunizante. Segundo a diretoria da Anvisa, a União Química, representante do Instituto Gamaleya no país, deve apresentar o pedido de registro eletrônico para a autorização do uso emergencial da vacina. A União Química diz que o protocolo foi registrado em janeiro, mas a agência alega que o pedido foi incompleto.

Separadamente, o Ministério da Saúde já assinou um contrato para receber 10 milhões de doses da Sputnik V trazidas da Rússia pelo laboratório brasileiro União Química.

Senador Randolfe aciona STF após falta de oxigênio para pacientes no Amapá

O senador do Amapá, Randolfe Rodrigues (Rede), denunciou neste domingo (21) que o estado vive um estado de emergência extrema devida à falta de oxigênio para os pacientes vítimas de Covid-19.

Através de seu perfil no Twitter, o senador declarou que acionou o Supremo Tribunal Federal solicitando: “Que o Ministério da Saúde contrate, em até 24h, no mínimo duas usinas com capacidade de produção de oxigênio conjunta de 18 Nm³/h p/ evitar o colapso do sistema de saúde de Macapá; Que a União forneça apoio logístico da Força Aérea Brasileira (FAB) para a entrega dessas usinas de produção de oxigênio, e que o Ministério da Saúde apresente, em até 24h, um plano com medidas para evitar o colapso no fornecimento de oxigênio nos estados brasileiros que se encontra sob risco de desabastecimento.

O estado do Amapá registra 92.010 casos de Covid-19 desde o início da pandemia, e 1.222 mortes pela doença, segundo dados do Ministério da Saúde.

AJUDA DA VENEZUELA

Nesta segunda-feira (22), o senador anunciou que o governo da Venezuela enviará cilindros de oxigênio para o estado, item essencial para salvar as vidas das pessoas intubadas com o Covid-19. É o segundo estado brasileiro em crise sanitária gravíssima com a pandemia a ter auxílio da Venezuela. O primeiro foi o Amazonas.

Centrais exigem que programa de proteção ao emprego seja retomado



Lideranças sindicais e Doria debatem plano de vacinação

As centrais sindicais se reuniram com o governador de São Paulo, João Doria, na segunda-feira (15), para debater uma pauta unitária de combate à pandemia e medidas de enfrentamento à crise econômica.

Os principais pontos apresentados pelas centrais ao governador foram a defesa da vacinação em massa e apoio das entidades e sindicatos para a imunização da população e apoio às medidas de restrição e isolamento para frear a disseminação do vírus, sobretudo entre os trabalhadores.

As centrais também pediram o apoio político do governador para a aprovação do auxílio emergencial de R\$ 600 – em contraposição aos R\$ 250 previstos na medida provisória do Governo Federal – e ações pró-emprego, além de programa de renda mínima e medidas de ajuda aos segmentos mais vulneráveis da população.

As centrais foram representadas pelos presidentes da Força Sindical, Miguel Torres; da CTB, Adilson Araújo; da CUT, Sérgio Nobre; da UGT, Ricardo Patah; da CSB, Antonio Neto, e da NCST, Nailson de Souza.

“Nos reunimos com presidentes de centrais sindicais para dialogar com estas entidades. Trabalhamos em cooperação para preservar empregos, diante dos impactos provocados pela Covid-19. Unidos vamos vencer essa pandemia. E recuperar a economia”, afirmou o governador em seu Twitter.

Segundo o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, a reunião com o governador João Dória “faz parte do nosso esforço de falar com governantes, autoridades médicas e outros setores da sociedade por uma união nacional de enfrentamento da crise”.

“É uma pauta comum das centrais, que é vacinas, auxílio emergencial – mesmo sendo federal, nós pedimos o apoio dele como governador para que os deputados também pudessem auxiliar nessa necessidade do retorno dos R\$ 600”, afirmou o presidente da UGT, Ricardo Patah.

O presidente da CTB, Adilson Araújo, informou que durante o encontro, as centrais pautaram “a necessidade de respostas urgentes frente à grave pandemia do coronavírus, sobretudo a atenção a populações carentes, ao desemprego crescente e a possibilidade de retorno às aulas”.

Os presidentes das entidades também prestaram solidariedade ao governador pelos ataques e ameaças de que ele e seus familiares vêm sendo alvos por parte de apoiadores do presidente Bolsonaro.

Familiares de profissionais de saúde que morrerem no combate à pandemia serão indenizados

O Congresso Nacional — Câmara dos Deputados e Senado Federal —, em sessão virtual, derrubou o Veto 36/20 do presidente da República ao pagamento de indenização da União a familiares de profissionais de saúde que atuem diretamente no combate à pandemia e morrerem ou ficassem incapacitados permanentemente para o trabalho.

Dentre os vetos derrubados, este era o mais importante para fazer justiça às famílias dos servidores que tombaram no combate à Covid-19. O Ministério da Economia estima impacto fiscal de R\$ 1,75 bilhão a R\$ 3,77 bilhões.

A sessão do Congresso que apreciou vetos presidenciais foi realizada nesta quarta-feira (17). O governo tem o poder de vetar na íntegra ou em partes projetos aprovados pelo Legislativo. O Congresso, porém, pode não aceitar.

“Nós temos a convicção de que é fundamental manter um projeto construído a tantas mãos, reconhecer aqueles que estão no front com a dor e a agonia, de maneira tão grave, vendo pessoas espalhadas nos corredores, a falta de UTI [unidades de terapia intensiva] para salvar vidas, e, ao mesmo tempo, fazendo tudo para salvar a vida

VETO INTEGRAL À INDENIZAÇÃO

A decisão do Congresso nada mais é que compensação à austeridade fiscal com que o governo atua nos marcos do projeto neoliberal em curso. A matéria aprovada pelo Legislativo foi o PL 1.826/20, dos deputados Reginaldo Lopes (PT-MG) e Fernanda Melchionna (PSol-RS).

Na Câmara, o texto foi aprovado em 21 de maio de 2020. O Senado aprovou a matéria com alterações, em julho, e agora vai a exame da Câmara, que acatou a emendas da Casa revisora em julho e encaminhou o texto à sanção presidencial. Bolsonaro vetou o projeto na íntegra em agosto.



Programa de preservação do emprego beneficiou 9 milhões em 2020



Políciais fazem carreta em Brasília contra arrocho de Bolsonaro aos serviços públicos

Carreta “em defesa da segurança pública” tomou as duas largas pistas da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, na tarde desta quarta-feira (17). Policiais e profissionais de diversos segmentos da segurança pública, representados por mais de 20 entidades

que compõem a União dos Policiais do Brasil (UPB), se concentraram no Estádio Nacional Mané Garrincha antes de saírem em carreta contra a chamada “PEC Emergencial” do governo federal, aprovada pelo Congresso Nacional, que consideram uma “traição” do presidente Bolsonaro ao segmento profissional.

O texto da PEC 186 contém medidas de contenção fiscal, que incluem congelamento de salários de servidores e proibição de contratações ou concursos, caso estados e municípios tenham 95% da receita comprometida, o que significa, “congelar vencimentos e a criação de novas vagas por até 15 anos, levando ao sucateamento do serviço público e das polícias brasileiras”, como afirmam os policiais.

“Nossa bandeira não é ideológica, nossa bandeira é a polícia, a segurança pública e os nossos direitos que estão sendo atacados”, afirmou o presidente da Federação

Nacional dos Policiais Federais, Antônio Boudens, no carro de som, ao convocar os policiais para ocuparem as pistas.

“Quem não acordou ainda, acorde para o que está acontecendo”, conclamou.

Além da manifestação de hoje, UPB convocou atos dos servidores da segurança pública civil no dia 22 de março, das 15h às 16h, em frente a cada uma das unidades de trabalho.

A UPB reúne associações, federações e sindicatos de policiais de todo o país.

PROTESTOS

Engrossando os protestos que mobilizam os profissionais da segurança pública em todo o país contra o governo federal, policiais civis e federais também cruzaram os braços em frente às delegacias, como repúdio às medidas do governo.

Os policiais reivindicam ainda direito à prioridade na vacinação, já que atuam na linha de frente e seguem no fim da lista para a vacinação contra a Covid-19. Segundo o vice-presidente da Associação dos Escrivães, Gilberto Artero, “estão morrendo mais policiais de coronavírus do que no exercício da profissão”.

No ato dos policiais em frente ao prédio da Cepol, em Campo Grande (MS), o diretor do Sinpol

(Sindicato dos Policiais Civis de Mato Grosso do Sul), Tony Messias Lopes, afirmou que “a paralisação é um sinal de alerta ao Governo Federal”. Segundo ele, a PEC “prejudica policiais de todas as categorias”.

A manifestação é convocada pela União dos Policiais do Brasil (UPB), que reúne mais de 20 entidades representativas de carreiras da segurança pública.

“O objetivo da manifestação é chamar atenção da sociedade e das autoridades para os inúmeros retrocessos que a categoria vem sofrendo com seguidas propostas do governo federal contra os servidores públicos”.

“Dentre os retrocessos estão perdas de direitos e prerrogativas, que começaram na Reforma da Previdência, passaram pela Lei Complementar 173 e, mais recentemente, com a EC Emergencial. Agora, se avizinha mais uma proposta cheia de riscos para o serviço público: a Reforma Administrativa”.

“A proposta prevê, entre outros pontos, diversos prejuízos e riscos para as carreiras da segurança pública como o fim da estabilidade, a adoção do vínculo de experiência e a possibilidade de criação e extinção de cargos de chefia por decreto”, afirma a UPB.

Em nota, centrais sindicais exigem medidas para impedir nova onda de desemprego

O Fórum das Centrais Sindicais, composto por CTB, CUT, Força Sindical, UGT, NCST e CSB, defendeu, em nota pública, a volta de medidas de proteção dos empregos “com vistas a evitar uma nova onda de desemprego e preservar o máximo de postos de trabalho possíveis”.

As centrais pedem a retomada do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (Bem), destinado aos trabalhadores que tiveram redução de salário ou suspensão de contratos de trabalho.

O programa foi implementado no ano passado com verba inicial de R\$ 51,6 bilhões, e o benefício chegou a 9,7 milhões de trabalhadores, de 1,5 milhão de empresas.

Agora, no auge da crise da pandemia do coronavírus, com a saúde em colapso em diversos estados e restrições mais rígidas em estabelecimentos, empresas e comércios, a proposta do governo prevê um valor menor do que foi destinado em 2020, com um custo total entre R\$ 5,8 bilhões e R\$ 6,5 bilhões.

Conforme divulgado pelo Estadão, a previsão é de que o benefício deverá atingir de 2,7 milhões a 3 milhões de acordos entre patrões e empregados, incluindo redução de salário e suspensão de contratos. De acordo com o governo, o programa será custeado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

As centrais defendem que, diferente do que foi estabelecido no programa em 2020, “é preciso distinguir setores e empresas que retomaram níveis mais elevados de atividade, daqueles que continuam em situação mais crítica. Além disso o efeito da pandemia no emprego agora não é mais inesperado, pois resulta do agravamento de um quadro precedente”.

Para Wagner Gomes, secretário-geral da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), “cada vez mais Bolsonaro se supera negativamente”. “A pandemia vem causando mais paralisa na economia, e a paralisa vai criando mais desemprego e ele tomou uma atitude que resolvia um pouco o problema no início. Agora, no auge da pandemia, ele faz uma proposta reba-

xada, do ponto de vista de valor e do número de pessoas atingidas pelo programa”, afirmou o sindicalista ao HP.

Além disso, disse Wagner, em relação à proposta de utilizar recursos do FAT, “é um governo que tem dinheiro para os bancos, mas vai para cima do dinheiro do trabalhador quando a crise aperta”.

As entidades também defendem que o recebimento do benefício de complementação do salário não comprometa o recebimento de parcelas do seguro-desemprego, em caso de demissão no futuro, o que chegou a ser levantado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes.

No documento, as centrais exigem “a manutenção da garantia do emprego pelo dobro do tempo de duração do recebimento do benefício, de forma a assegurar que o recurso público estará sendo aplicado em empregos que terão mais longa duração; financiamento com fontes de recursos extraordinários, que não recaia sobre o Fundo de Amparo ao Trabalhador, pois este terá que suportar o pagamento do seguro-desemprego e o abono salarial, que são vitais para quem perde seu emprego ou tem baixa renda; e não inclusão de mudanças na legislação trabalhista que retirem direitos ou fragilizem ainda mais a proteção do trabalho, sob o falso argumento de que isso irá gerar empregos”.

As centrais argumentam ainda que um programa mais direcionado e ampliado permite “a adoção da via da negociação coletiva em lugar dos acordos individuais, como forma viável de implementação do programa com a focalização nos casos em que ele é realmente necessário”.

Para João Carlos Gonçalves, o Jururu, secretário-geral da Força Sindical, “essa é nossa divergência, a possibilidade que essa negociação pode ser individual, quando o que defendemos é que tem que ser um debate coletivo, com a participação do sindicato”, declarou.

“É a outra é a questão do FAT. O fundo é um instrumento destinado aos desempregados. Então, então colocar o FAT nessa questão não é uma boa medida. O governo tem que entrar com outras propostas orçamentárias”, destacou Jururu.

Bolsonaro veta internet gratuita para educação básica da rede pública

Bolsonaro vetou integralmente, nesta sexta-feira (19), a lei que buscava assegurar internet grátis a alunos e professores da educação básica da rede pública. O veto total foi publicado no “Diário Oficial da União” (DOU).

Bolsonaro usou como justificativa o argumento de que a “medida encontra óbice jurídico por não apresentar a estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro, e aumenta a alta rigidez do orçamento, o que dificulta o cumprimento da meta fiscal e da Regra de Ouro”.

“Decidi vetar integralmente, por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade”, alegou Bolsonaro no despacho publicado no DOU.

No texto vetado, entretanto, foi determinado pelos parlamentares que os recursos seriam oriundos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), sendo o impacto orçamentário de R\$ 26,6 bilhões – já “incluso o acesso à internet à totalidade de matrículas e de docentes da educação

básica pública, além da compra de equipamentos para o devido acesso”.

O projeto de lei também previa que os recursos repassados fossem aplicados na contratação de internet móvel para garantir que estudantes e docentes tenham as condições necessárias para acompanhar as atividades pedagógicas não presenciais, uma prerrogativa de suma importância para minimizar a defasagem em meio à pandemia de Covid-19, quando a suspensão das aulas presenciais tem sido a principal ferramenta para conter o avanço da doença no país.

Com o veto, deixam de ser beneficiados alunos cujas famílias estão inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do governo federal, bem como estudantes matriculados nas escolas das comunidades indígenas e quilombolas e os professores da educação básica pública.

O Senado aprovou a matéria em fevereiro. A proposta já havia sido aprovada pela Câmara em dezembro de 2020.

Divulgação

Fernando Frazão/Agência Brasil

Reprodução/Twitter

Aumento de 45% do arsenal nuclear inglês é “hipocrisia absoluta”, denuncia o Irã

O Irã acusou o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, de hipocrisia por cobrar do Irã mais em matéria de programa nuclear exatamente quando o Reino Unido anuncia aumento de 45% do arsenal nuclear.

“Mostrando uma hipocrisia absoluta, [Boris Johnson] diz estar preocupado [com a capacidade nuclear do Irã], mas anuncia que o país vai aumentar o arsenal de bombas atômicas”, disse o ministro das Relações Exteriores do Irã, Mohammad Javad Zarif, através de mensagem no Twitter.

“Ao contrário do Reino Unido e seus aliados, o Irã considera que as bombas atômicas e todas as armas de destruição massiva devem ser erradicadas”, acrescentou Zarif.

Segundo um relatório publicado na terça-feira, Londres prevê aumentar de 180 para 260 o número de ogivas nucleares (uma subida de 45% em relação ao limite máximo anterior), terminando com o desarmamento progressivo iniciado após a dissolução da União Soviética, há trinta anos.

Nos termos do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), em vigor desde 1970, o Reino Unido é um Estado que reconhece possuir armas nucleares.

Signatário do mesmo tratado, o Irã integra a categoria dos “Estados não dotados de armas nucleares” com o compromisso de jamais “fabricar ou adquirir” esse tipo de armamento.

O artigo IV do tratado compromete cada um dos signatários a “manter a boa-fé nas negociações sobre as medidas eficazes relativas ao fim da corrida ao armamento nuclear”.

Em paralelo, Israel, que não é signatário do TNP e é reconhecido detentor de um arsenal nuclear, que não admite oficialmente, exceto para fazer ameaças aos países vizinhos, jamais teve de se debruar sequer com um milionário da pressão desencadeada contra o programa nuclear pacífico iraniano.

A Grã Bretanha é signatária do Acordo Nuclear com o Irã (JCPOA) ao lado de Rússia, China, França e Alemanha e agora que, sem Trump, os EUA não descartam o retorno ao acordo, tem apostado em pressionar o Irã para novas cláusulas, como se não tivesse partido de Washington as sanções e rompimento do tratado.

RÚSSIA CONDENA CORRIDA NUCLEAR

“Esta decisão prejudica a estabilidade mundial e a segurança estratégica”, afirmou o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, sobre o anúncio feito pelo governo de Boris Johnson de aumento do arsenal nuclear em 45%, dando à redução de armas nucleares que se seguiu ao fim da União Soviética. “Lamentamos que a Grã-Bretanha tenha escolhido a via que a leva a aumentar as armas nucleares”, acrescentou.

A revisão estratégica da política britânica de segurança, defesa e política externa, de que o aumento do arsenal nuclear é parte, também define a Rússia como a “maior ameaça” para o Reino Unido.

“Não há nenhuma ameaça por parte da Rússia”, enfatizou Peskov, considerando “inaceitável afirmar-se o contrário”.

As medidas vão contra os objetivos internacionais de luta contra a proliferação, poucas semanas depois de a Rússia e os Estados Unidos terem alcançado um entendimento sobre o prolongamento do tratado sobre limitação de armas nucleares, o Start III, quase no último minuto. “A existência de armas nucleares é uma ameaça para a paz na Terra”, concluiu Peskov.

ONU convoca países a livrarem o mundo do “pernicioso racismo”

Em mensagem pelo Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, comemorado anualmente em 21 de março, o secretário-geral da ONU, António Guterres, chamou todos os países “a livrarem o mundo do mal pernicioso do racismo” e a condenarem quaisquer manifestações discriminatórias “sem reservas e sem hesitação”.

Guterres denunciou ainda que o racismo é “um mal global profundamente enraizado, que transcende gerações e contamina as sociedades com desigualdade, opressão e marginalização”.

Na mensagem, o secretário-geral se dirigiu especialmente aos jovens, aos educadores e líderes do mundo a que para que difundam que “todas as pessoas nascem iguais”.

Atualmente, assinalou Guterres, o racismo se manifesta na discriminação generalizada sofrida pelos afrodescendentes, nas injustiças e opressões sofridas pelos povos indígenas e outras minorias étnicas. “E vemos isso nas visões nauseantes dos supremacistas brancos e de outros grupos extremistas”, acrescentou.

No ano passado, como ele lembrou, “pessoas de todo o mundo saíram às ruas para protestar contra a feroz pandemia global de racismo, uma tendência perigosa e abominável” – numa referência aos maiores

protestos nos EUA contra o racismo em meio século, que receberam ampla solidariedade no exterior, e que contaram internamente com enorme presença de jovens brancos.

“A supremacia é uma mentira maligna e o racismo mata”, sublinhou o secretário-geral da ONU.

Este ano, destacou, o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial destaca “o importante papel dos jovens, que têm estado na vanguarda do combate a este flagelo”. Hoje e todos os dias, ele concluiu, “vamos trabalhar juntos para livrar o mundo do mal pernicioso do racismo para que todos possam viver em um ambiente de paz, dignidade e oportunidades”.

Na semana que antecedeu o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, os EUA se tornaram cenário de novo crime, desta vez contra norte-americanos de ascendência asiática, com os ataques em Atlanta, no sul do país, em que foram assassinadas a tiros seis mulheres de ascendência coreana e chinesa.

O Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial é comemorado todo dia 21 de março, porque naquela data, em 1960, a polícia racista abriu fogo e matou 69 pessoas que se manifestavam pacificamente contra as leis do apartheid, em Sharpeville, na África do Sul.

Juro básico dos EUA é mantido em zero pelo Federal Reserve



Para o FED (foto), país está longe de se recuperar do impacto da pandemia

Síria condena o assalto dos EUA a seu petróleo: “agem como piratas”

“Os norte-americanos e seus aliados têm como objetivo a riqueza petrolífera síria e seus petroleiros, como piratas”, afirmou o ministro sírio de Petróleo e Recursos Minerais, Bassam Tomeh, em entrevista à televisão estatal e divulgada pela rede PressTV neste final de semana. De forma enfática, o governo sírio denunciou que o Pentágono usa da parceria com as milícias curdas para controlar 90% das riquezas petrolíferas da região noroeste do país, causando monumentais prejuízos que já ultrapassaram os US\$ 92 bilhões.

É “o que está ocorrendo ao longo da guerra da Síria. Ao mesmo tempo em que evitam que aproveitemos a riqueza dos nossos recursos naturais, impedem que os produtos básicos cheguem até nós”, condenou Tomeh.

Citando uma reportagem publicada nesta semana no The Wall Street Journal sobre os ataques de Israel contra navios iranianos no mar Vermelho, o ministro mostrava como Israel age como instrumento do governo estadunidense na região. O jornal descreve como, desde 2019, o exército israelense atacou a mais de uma dúzia de navios do Irã, a maioria dos quais exportava petróleo, pelo simples fato de que estavam desafiando as sanções do governo norte-americano.

O pretexto oficial utilizado pelo Pentágono para manter a presença militar na Síria tem sido evitar o ressurgimento do Estado Islâmico, mas o ex-presidente Donald Trump já deixou claro, em diversas ocasiões, a



Força dos EUA perto de campo de petróleo de Dir Ezzor

sua intenção de “controlar” a riqueza petrolífera da Síria. Assim, há dois anos, Trump declarou que “os únicos soldados” que os EUA possuam na zona são os que “controlam” o cru, assim que “temos o petróleo e podemos fazer com ele o que quisermos”.

Logo depois da posse de Biden, o representante permanente da Síria na ONU, Bashar Jaafari, já em sua primeira mensagem, exigiu respeito à soberania de seu país e de seu povo. “A nova administração dos EUA deve deter os atos de agressão, deixar de saquear a riqueza de meu país, retirar suas forças de ocupação e deixar de apoiar as milícias separatistas e as entidades ilegais. Também deve parar com as tentativas de ameaçar a soberania, a unidade e a integridade territorial da Síria”, frisou.

No dia 22, os representantes das etnias e de entidades populares da região de Dir Ezzor, onde está um dos mais ricos campos de hidrocarbonetos da Síria, se reuniram em um fórum no qual reafirmaram sua adesão aos princípios nacionais de unidade, soberania e integridade territorial da

Síria. Os representantes reafirmaram sua rejeição a todas as formas de ocupação.

Segundo informa a agência síria de notícias, Syrian Arab News, SANA, a declaração final do encontro destaca a “rejeição da ocupação dos Estados Unidos em todas as formas”.

Os delegados ao fórum também se comprometeram em “resistir à presença das forças norte-americanas de ocupação e seus agentes”, referindo-se aos mercenários dos bandos terroristas que são contratados, armados e treinados pelos EUA com apoio da Arábia Saudita e Qatar.

O documento acrescenta que “a resistência popular é o caminho para a libertação das terras sírias da ocupação e dos mercenários que instrumentaliza para assaltar os recursos do povo sírio e de sua pátria”.

O documento chama todos a trabalharem para unir esforços em torno da liderança do presidente Bashar Al Assad. O governador de Dir Ezzor, Fadel Najjar saudou o posicionamento dos dirigentes das etnias presentes ao fórum.

“Bolívia recuperou a democracia e retoma desenvolvimento”, afirma presidente Arce

O presidente da Bolívia informa metas deste ano, incluindo crescimento de 4,4%

“Retomada a democracia, estamos saindo gradualmente do fundo do abismo e retornando ao caminho do desenvolvimento para melhorar a qualidade de vida dos bolivianos. Nossa meta para 2021 é alcançar um crescimento aproximado de 4,4% do PIB e uma inflação controlada de 2,6%”, afirmou o presidente Luis Arce.

Ele fez estas afirmações ao lançar o Programa Fiscal Financeiro de 2021, cujo objetivo é reativar e estabilizar a economia nacional com “políticas públicas que retomam a soberania proscrita durante o regi-



Arce com deputados debate “reativação da economia”

me de Jeanine Áñez”.

Além dos investimentos foram retomados os subsídios para elevar as condições de vida das camadas mais pobres do país.

Arce destacou ainda que “o governo de fato [de Áñez] se encarregou

de enterrar todo o trabalho que realizamos em 14 anos. Tentou retornar ao modelo neoliberal, fez convênios com o FMI pelas costas do povo e aplicou políticas econômicas para atender a interesse pessoais e grupais”.

Pelo informe do Federal Reserve (o BC dos Estados Unidos), o juro deverá continuar em torno de zero ao longo do ano inteiro e, inclusive, em 2022

O Federal Reserve (Banco Central norte-americano) manteve a taxa de juros básica em níveis ultrabaixos, entre zero e 0,25%, com o presidente Jerome Powell enfatizando que a instituição “sustentará a economia pelo tempo que for necessário” e que o país ainda está longe de se recuperar do impacto da pandemia de Covid-19.

“A economia está longe dos objetivos nos setores de emprego e inflação e será preciso tempo para que novos progressos substanciais sejam realizados”, destacou Powell durante coletiva de imprensa após a reunião do FOMC na quarta-feira, 17. O Fed sustentará a economia “pelo tempo que for necessário”, assegurou.

A nota do Comitê de Política Fiscal, que tomou a decisão de manter os juros ultrabaixos, acrescentou, ainda, que “o ritmo da economia dependerá da evolução do vírus, inclusive os progressos no campo da vacinação” – ainda que a vacinação tenha avançado muito desde a mudança de governo e a meta de aplicar 100 milhões de doses da vacina foi alcançada com um mês de antecedência.

Pelo informe do Fed, o juro em torno de zero deverá continuar assim ao longo do ano inteiro e, inclusive, em 2022. Aliás, apenas 1 de 18 integrantes do Comitê disse ver a necessidade de aumento de juro em 2023! (eram cinco em janeiro).

Caso os juros fossem aumentados, a reativação da economia seria abortada, tanto pelo lado do consumo, quanto da alta do custo da

produção, e o desemprego, ainda enorme, se agravaria.

Pior, muitas empresas seriam levadas à falência, pela incapacidade de fazerem frente ao serviço da dívida aumentado.

Já há até um termo para nomear empresas nessa situação, as “empresas zumbis”, que só estão à tona por causa dos juros ultra baixos. Também muitas corporações seguem usando os juros baixos para artifícios especulativos: fizeram os chamados empréstimos alavancados, para usar o dinheiro para recomprar as próprias ações e se ‘valorizarem’ artificialmente na Bolsa.

ECONOMIA AINDA FRÁGIL

Segundo o Fed, os setores mais afetados pela pandemia “continuam frágeis”, embora considere que os indicadores que medem a atividade econômica e o emprego se recuperaram recentemente.

A inflação “segue abaixo da nossa meta de 2%” de longo prazo, disse Powell, que considerou que aumentos pontuais teriam “efeito temporário na inflação”.

A previsão de crescimento (sobre o patamar de ‘fundo do poço’ do ano passado) subiu para 6,5%, contra estimativa em janeiro de 4,5%. No ano passado, o PIB caiu 3,5%. A decisão do Fed seguiu em paralelo à entrada em vigor do pacote de ajuda emergencial de US\$ 1,9 trilhão (equivalente a 9% do PIB) e com mais de 125 milhões de norte-americanos vacinados com pelo menos a primeira dose e o número de casos e óbitos em queda.



Motorista celebra vitória diante da Corte Real de Justiça

Motoristas da Uber na Inglaterra conquistam férias remuneradas, salário mínimo e aposentadoria

Por decisão da Corte Real de Justiça da Inglaterra, os 70 mil trabalhadores de taxi por aplicativo da empresa Uber terão direito a salário mínimo/hora, férias remuneradas e aposentadoria.

A decisão foi uma vitória da categoria após anos de batalhas jurídicas. É definitivamente um passo positivo adiante. Aos poucos vamos conseguir mais direitos”, afirma o motorista Shafaq Ahmed que insiste em que “são pequenas conquistas”.

Ainda há divergências, apontam os motoristas entre a decisão da justiça e o que a Uber se dispõe a adotar. Por exemplo, o pagamento mínimo por hora trabalhada não começa no momento em que o motorista liga o aplicativo, como eles entendem ser justo e decidido pela Corte, mas somente após uma viagem ser aceita por um usuário.

“O pagamento deveria ser no momento em que acionamos o aplicativo, como em qualquer outro trabalho: a pessoa é paga a partir do momento em que chega ao local de trabalho independente de em sua mesa de escritório haver ou não alguma requisição imediata”.

Ahmed também ressalta que, devido à Covid, ele roda com o carro, mas consegue faturar muito menos. Na semana passada, ele faturou 7,32 libras em quatro horas de trabalho quando antes da pandemia podia chegar a 100 em uma jornada de seis horas de trabalho. “Damos, claro, as boas vindas às notícias”, declarou Nader Awaad, que tem dirigido com a Uber em Londres por dois anos. Citando o ditado inglês, “o diabo está nos detalhes”, destaca que os motoristas não foram consultados, não temos ideia clara do que foi decidido pela Corte e por isso estamos cautelosos em comemorar”.

Ele destacou que hoje, “a quantidade de horas que os motoristas têm que trabalhar é ridícula”. “Temos que trabalhar de 12 a 15 horas para conseguirmos um pagamento decente e de seis a oito horas para cobrir as despesas. Eu já conversei com muitos motoristas que descansam sem ir pra casa, que dormem dentro de seus carros. As condições são chocantes, parece que os tempos de Charles Dickens, quanto às condições dos trabalhadores, continuam atuais”.

Ato em Atlanta repudia crimes racistas contra pessoas de origem asiática

Os crimes motivados por racismo contra norte-americanos de origem asiática foram alvo de novo protesto na cidade Atlanta, neste sábado (20).

A manifestação ocorre dias depois que oito pessoas, incluindo seis mulheres de ascendência asiática, foram mortas em vários tiroteios na capital do Estado da Geórgia.

Com cartazes com os dizeres “Parem o ódio contra os asiáticos”, o protesto teve início no Parque Woodruff e se dirigiu ao Capitólio do Estado (equivalente a nossas Assembleias Legislativas), exortando as pessoas a se unirem “para chorar, curar e apoiar umas às outras” no repúdio ao ódio e à discriminação racial nos Estados Unidos.

Entre outras palavras de ordem, a multidão entoou “Pare o ódio asiático!”. Os manifestantes também agitaram bandeiras norte-americanas e carregaram cartazes que diziam “Não somos o vírus”, entre outras mensagens.

Em frente ao Capitólio, dois senadores do Partido Democrata, eleitos recentemente pelo Estado da Geórgia, Raphael Warnock e Jon Ossoff, juntaram-se à multidão em um momento de silêncio.

“Eu só queria passar por aqui para dizer aos meus irmãos e irmãs asiáticos: ‘Vemos vocês e, mais importante, vamos apoiá-los’, disse Warnock, que pediu uma “reforma” da lei sobre armas.

Junto com Warnock, o primeiro senador afro-americano da Geórgia, esteve Ossoff, que exigiu: “Vamos construir um Estado e uma nação onde ninguém viva com medo por ser quem é ou por causa de sua origem ou de sua família.”

Três ataques armados a salões de massagem em Atlanta, na terça-feira (16), causaram o assassinato de seis mulheres de ascendência asiática no mais recente episódio da violência que só tem crescido desde que o governo Trump difundiu a falsidade do “vírus chinês” e empreendeu uma campanha para apresentar os chineses como ladrões da prosperidade norte-americana e espíões, o que acabou tornando todos os asiáticos em alvos potenciais.

Putin repele insulto de Biden: “‘assassino’ é pura projeção”

“Houve muitos acontecimentos difíceis, dramáticos e sangrentos na história de cada nação. Mas quando avaliamos outras pessoas, quando avaliamos outros estados, outros povos, estamos sempre nos olhando no espelho. Sempre nos vemos lá”, assinalou Putin, se referindo ao mecanismo psíquico que a psicanálise estabeleceu como “projeção”.

A classe governante americana foi formada na época da conquista do continente pelos europeus, destacou Putin, “o que estava ligado à eliminação da população local, tratava-se de genocídio direto das tribos indígenas”.

No caso, tratava-se da resposta murmurante “Mmmnn, I do” [mmmmn, sim], à provocação cometida pelo entrevistador, se Biden considerava Putin “um assassino” – a mesma que outro entrevistador fizera anteriormente a Donald Trump, que a descartara com um breve comentário de que os EUA “não eram tão inocentes assim”.

Na mesma entrevista, Biden afirmou ainda já ter olhado de perto Putin e visto que “ele não tinha alma”. Juntando o murmúrio “I do”, com o “ele não tinha alma”, obtém-se a estapafúrdia classificação de “assassino sem alma” a Putin. O “sem alma” talvez haja sido ideia de algum marqueteiro de Biden, já que W. Bush é conhecido por dizer que olhou Putin nos olhos na primeira vez que se encontraram e “sentiu sua alma”.

Putin citou a luta contra a pandemia, a resolução de conflitos regionais e as questões de estabilidade estratégica como possíveis tópicos desse debate ao vivo, observando que ele estaria pronto para falar com Biden na sexta-feira ou segunda-feira em um bate-papo “aberto”.

“Eu gostaria de sugerir ao presidente Biden que continuemos nossa discussão, mas com a condição de que realmente o façamos ao vivo, sem atrasos, diretamente em uma discussão aberta e ao vivo”, disse Putin ao canal de TV Rússia 24.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

José Eduardo Cassiolato afirma durante palestra no webinar “China Atual”, promovido pela UFBA:

‘China já tem liderança tecnológica em inovação em escala mundial’



José E. Cassiolato, professor da UFRJ, abre o debate “A China e a disputa pela hegemonia tecnológica”, realizado no Congresso Virtual UFBA 2021. (Foto extraída de vídeo do evento)

Fábrica indiana produzirá 200 milhões de doses da vacina russa Sputnik V

O Fundo Russo de Investimento Direto (RDIF), responsável pelo desenvolvimento da vacina Sputnik V contra o coronavírus, anunciou nesta sexta-feira (19) um acordo com um grupo farmacêutico da Índia para produzir ao menos 200 milhões de doses.

Após financiar parte do desenvolvimento da vacina, o RDIF comunicou que havia se associado à Stelis Biopharma, filial do grupo farmacêutico Strides, para produzir a partir do primeiro trimestre deste ano “um mínimo de 200 milhões de doses, suficientes para vacinar 100 milhões de pessoas”.

A vacina russa já se encontra autorizada por cerca

de 50 países do mundo, mas ainda não está homologada na Índia, onde os ensaios clínicos estão em andamento. Com 11,5 milhões de casos e 160 mil mortes, o país de 1,39 bilhão de habitantes investe para barrar a pandemia.

“Os volumes significativos de vacina produzidos conjuntamente com a Stelis contribuirão para ampliar o acesso à vacina em escala global”, declarou o responsável do RDIF, Kiril Dmitriyev.

Com sua edição de fevereiro, a destacada revista científica Lancet referenciou a estratégia contribuída da Sputnik V para o combate à pandemia.



Chegada da Sputnik V da Rússia no Aeroporto de Túnis

China doa 300 mil doses de vacinas contra Covid às Forças de Paz da ONU

A China vai doar 300 mil doses de vacinas contra Covid-19 às Forças de Paz da ONU. A informação foi passada ao secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, pelo representante permanente da China nas Nações Unidas, Zhang Jun.

A quantidade de vacinas com sobras de cerca de 100 mil soldados em missões de paz. Os capacetes azuis que atuam na África terão prioridade.

A Missão Permanente da China na ONU destacou, na segunda-feira (15), em comunicado à imprensa, que este é mais um passo para tornar as vacinas do país um bem público global e uma demonstração do apoio firme e contínuo da China às Nações Unidas e ao multilateralismo.

Como um dos defensores da iniciativa “Ação para Manutenção da Paz” da ONU, a China atribui grande importância à segurança e proteção dos agentes da paz e apoia sua ampla vacinação contra a COVID-19 para que eles protejam sua saúde e para ajudá-los a desempenhar melhor suas funções. O governo chinês trabalhará em estreita colaboração com o Secretariado da ONU para

disponibilizar as doses doadas para as Forças de Paz e quanto antes, esclareceu Zhang Jun.

A China defende a distribuição equitativa de imunizantes, especialmente a acessibilidade e disponibilidade nos países em desenvolvimento no momento em que a luta contra a COVID-19 é uma tarefa mais urgente que o mundo enfrenta e as vacinas são a arma mais poderosa para vencer a batalha.

O comunicado ressaltou que o país continuará a trabalhar em solidariedade com os países de todo o mundo e a fazer esforços incessantes para obter a vitória na luta global contra a pandemia.

O conselheiro de Estado e ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, já havia anunciado a disposição de doar doses para a ONU em uma reunião do Conselho de Segurança sobre as vacinas contra a Covid-19, em fevereiro.

As atividades de construção da paz das Nações Unidas destinam-se a ajudar os países que emergem de conflitos, reduzindo o risco de recaída e contribuindo com a construção das bases para a paz e o desenvolvimento sustentáveis.

Ao contrário do Ocidente, a China usa “novas tecnologias digitais fundamentalmente para desobstruir gargalos e desenvolver áreas e produtos novos, portanto, criando capacidade e gerando empregos em coisas que não existiam antes”

Por sua importância e atualidade, publicamos o texto da palestra do professor José Eduardo Cassiolato (UFRJ) sobre “A China e a Disputa pela Hegemonia Tecnológica”, parte do Webinar “China Atual”, realizado durante o Congresso da UFBA 2021, que transcorreu este ano no período de 23 a 26 de fevereiro.

“A China já tem hoje em dia a liderança tecnológica em inovação em

escala mundial”, afirmou Cassiolato ao iniciar sua intervenção, procurando demonstrar como “a China chegou lá”. Ressaltou que “tecnologia, inovação, para se tornar realidade, têm que ser associadas a propostas de investimento” e enfatizou a importância da “relação investimento e desenvolvimento tecnológico/inovação” e como isso foi – e continua sendo – decisivo para o progresso do grande país asiático.

Desse debate também participaram os professores Jorge Almeida (UFBA) e Esther Majerowicz (UFRN), com a coordenação do professor Renildo Souza (UFBA). Ao todo, 18 pesquisadores de várias instituições se alternaram nas mesas nos quatro dias do webinar, analisando o desenvolvimento da China sob vários ângulos.

Boa leitura.

A Redação

PROFESSOR JOSÉ E. CASSIOLATO*

A China já tem hoje em dia a liderança tecnológica em inovação em escala mundial, talvez com exceção da área de defesa, mas isso a gente pode discutir no debate.

Vou fazer um breve histórico de como a China chegou lá. Vou dividir a análise em dois períodos, que vai de 1979, com a célebre proposta de transformação liderada por Deng Xiaoping, até à crise de 2007-2008, e depois, de 2008 para cá.

É importante salientar, dado que estamos em um momento de aprofundamento de uma crise crônica do capitalismo em escala global associado à pandemia, que o que a gente viu no ano passado tende a confirmar um pouco essa hipótese, que a gente está trabalhando aqui, da liderança chinesa em termos de inovação, tendo em vista a rápida resposta dada pelo sistema produtivo e inovativo chinês à pandemia, e a quantidade e qualidade dos novos produtos e processos que foram lançados como parte desse esforço enorme e que levou a China a ser um dos poucos países que, no quadro de uma queda global do PIB, teve um crescimento, pequeno pelos padrões chineses, mas positivo.

O primeiro ponto a ser apontado é que já desde 1979, com a reforma liderada por Deng Xiaoping, ciência e tecnologia são vistos pelo Partido Comunista Chinês e também pelo exército chinês como sendo a parte principal de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo. Isto seguiu, continua seguindo e cada vez mais confirma essa tremenda transformação.

Dentro dessa estratégia, eu vou levantar dois pontos iniciais que de certa maneira condicionam um pouco esse avanço.

O primeiro, a utilização do que eu poderia chamar de complexo produtivo militar sob a liderança do exército chinês nesse processo de transformação, associado ao enorme volume de investimentos em infraestrutura.

A gente tem de lembrar que tecnologia, inovação, para se tornar realidade, elas têm que ser associadas a propostas de investimento. A relação investimento e desenvolvimento tecnológico/inovação é muito forte. E os investimentos puxaram isso de uma forma muito significativa.

Já a partir dos anos 80, a conjugação dos esforços do Partido Comunista Chinês sob a liderança de Deng Xiaoping com o Exército Chinês levou a algumas características muito específicas do desenvolvimento produtivo e inovativo chinês.

De fato, desde aquele momento, o exército chinês foi chamado a cumprir o papel preponderante na melhoria produtiva e no desenvolvimento tecnológico da China como um todo.

Na época, 30-50 mil empresas de praticamente todas as áreas da economia chinesa foram colocadas sob controle do complexo produtivo militar do exército chinês, que foi quem liderou os processos de transformação e, inclusive, de privatização, que se seguiram.

Algumas grandes empresas hoje em dia, como por exemplo a ZTE, que ao

lado da Huawei é uma das líderes do 5G, se originam do complexo produtivo militar chinês.

Isso é absolutamente importante se ter claro. A grande cada vez maior para as empresas que a gente poderia chamar entre aspas ‘privadas’, se dá sob coordenação e controle do Exército Popular da China.

O segundo ponto relevante é uma ênfase nas propostas de políticas de ciência e tecnologia, para a indústria aeroespacial. A capacitação espacial chinesa deveria ser vista não apenas como multiplicador do poder militar, mas principalmente como um fator indispensável para se organizar capacidades científicas, tecnológicas em diversas áreas e setores.

Eu cito a frase de um pesquisador chinês naquele momento, “a China deve fazer de seu programa espacial o mais importante em relação a outros programas de desenvolvimento de alta tecnologia. Ao desenvolver a tecnologia industrial, podemos levar a tecnologia da informação, tecnologia biológica, tecnologia de novos materiais e novas fontes de energia e outras áreas de alta tecnologia a novas fronteiras”.

Então, há alguns princípios que guiam a estratégia tecnológica chinesa: projeto de desenvolvimento de longo prazo sob controle do Estado, com ênfase no desenvolvimento científico e tecnológico e participação ativa do exército popular. Nas primeiras décadas, o esforço, além da reestruturação da indústria chinesa, contou, por um lado, com forte apoio público à melhoria da infra-estrutura de C&T e, por outro, com a transferência de tecnologia estrangeira através da entrada seletiva de capital estrangeiro, sempre em parceria com empresas chinesas.

O aumento do esforço interno chinês é de conhecimento de todos, temos o aumento significativo, na China, de qualquer variável ligada à ciência, tecnologia e educação. O número total de alunos de graduação, que era de 6,4 milhões em 1978, passa para 27 milhões em 2009, só para dar um indicador muito pequeno em relação ao resto.

Nos anos 1990, evidentemente, as transformações do capitalismo global afetam e condicionam a estratégia chinesa. A crise do capitalismo ocidental leva a aumento brutal na desigualdade, queda significativa no nível de investimentos e consequente estagnação nos diferentes mercados de consumo. Usando-se, por exemplo, a indústria automobilística, observa-se que, se você tirar a China do consumo global de automóveis, em 2019 o número de automóveis vendidos no mundo era praticamente o mesmo que em 2005. Não houve acréscimo nenhum, se tirarmos a China dessa equação.

Em primeiro lugar, temos a entrada da China na OMC. Ao mesmo tempo, as grandes empresas transnacionais ocidentais são cada vez mais submetidas à lógi-

ca de curto prazo do capital financeiro (a financeirização do nosso querido professor François Chesnais), o que as leva, entre outras coisas, a uma perda significativa da inovatividade.

O ponto aqui não é que a inovação no Ocidente cai, ela muda, se concentrando cada vez mais em melhorias em processos e produtos e não em produtos radicalmente novos. Um subproduto de tais mudanças é a perda de capacidade de engenharia, o miolo industrial norte-americano, o que se mostra particularmente relevante durante a pandemia.

Um exemplo é a falta de ventiladores pulmonares que ocorreu durante a pandemia em quase todo o mundo, mas particularmente nos Estados Unidos. Este país tem as maiores empresas multinacionais de equipamentos médicos. A falta de ventiladores ocorreu apesar dos esforços do Departamento de Saúde norte-americano desde 2010 de contratar pequenas empresas de base tecnológica para desenvolver e produzir ventiladores mais eficientes econômica e tecnologicamente. Naquele ano, utilizando o poder de compra público, o Departamento de Saúde contratou uma pequena empresa, Newport Medical Instruments, repassando US\$ 1 milhão para ela desenvolver ventiladores. Dois anos depois esta empresa foi adquirida por uma grande multinacional, chamada Covidien, que desiste da iniciativa e acaba com a equipe de P&D da Newport. A Covidien é posteriormente adquirida pela Medtronic, que é a maior empresa multinacional de equipamentos médicos, e 10 anos depois os ventiladores contratados pelo Departamento de Saúde ainda não existem.

A crise de 2007-2008 leva a uma patamar um pouco mais elevado, e é mais ou menos na mesma época que a China lança o seu programa fundamental voltado à inovação que, junto a outros posteriores, vai levá-la à liderança tecnológica.

Esse é o programa conhecido como Indigenous Innovation [Inovação voltada ao Mercado Local]. A partir de uma percepção de que a articulação com o mercado internacional não era suficiente para a transformação tecnológica necessária, os chineses destacam a importância do que eles chamam de circulação interna. No fundo é você usar o mercado interno – que era e é o mercado de maior dinamismo na economia global – como fonte de inovatividade para aquela economia e que será fundamental para a liderança global.

* É Coordenador da RedeSist / Professor Adjunto IE-UFRJ; Pós-Doutorado na Université Pierre Mendès France, UPMF, França; Doutorando em Economia – Universidade de Sussex, U.SUSSEX, Grã-Bretanha; Mestrado em Economia – Universidade de Sussex, U.SUSSEX, Grã-Bretanha e Graduação em Economia na Universidade de São Paulo, USP.

Leia a íntegra do texto em www.horadopovo.com.br

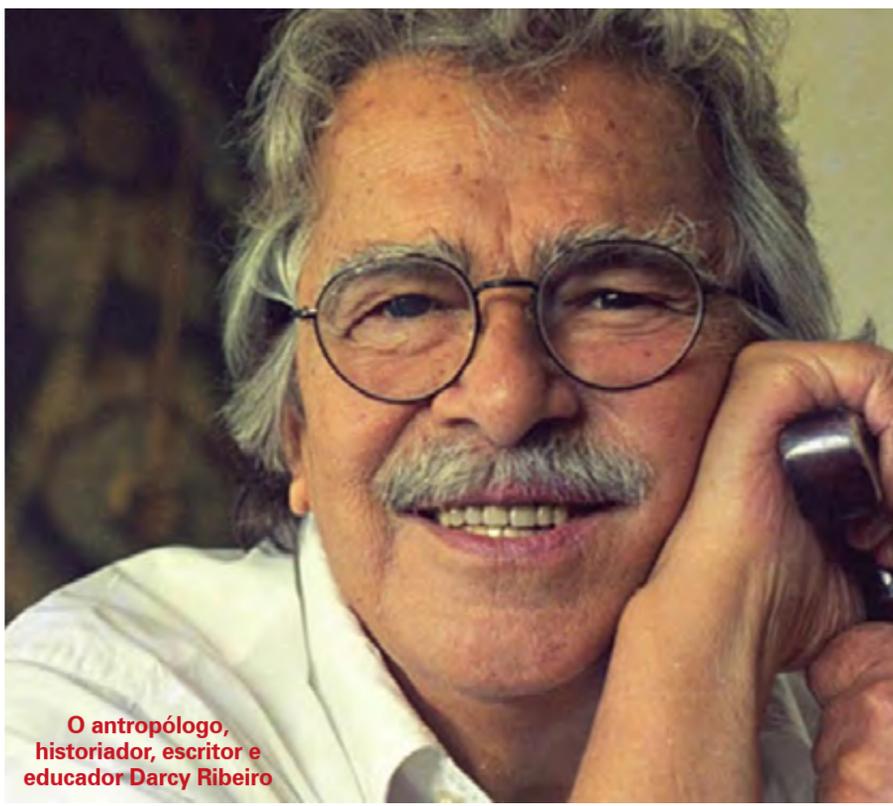
Brasil: uma civilização mestiça, tropical e orgulhosa de si mesma, por Darcy Ribeiro

Entre os pensadores brasileiros, certamente Darcy Ribeiro é um dos mais instigantes. Nesta reportagem, da Série “Entrevistas Históricas da Folha de São Paulo”, cujos extratos o ex-deputado Haroldo Lima, dirigente nacional do PCdoB, nos brinda, essa característica questionadora e irreverente do ex-ministro da Educação e, depois, Chefe da Casa Civil de Jango fica bastante evidente.

Na entrevista, e no texto inédito publicado pela Folha, ele faz referências a diversos intelectuais bra-

sileiros (Mario de Andrade, Florestan Fernandes, Anísio Teixeira, Gilberto Freire e outros), concerne a episódios importantes e termina com algumas apreciações antropológicas sobre o Brasil e outros países.

A reportagem foi feita a **Marcos Augusto Gonçalves** e publicada pela **Folha de São Paulo** em 12 de fevereiro de 2020. Darcy Ribeiro falou com o jornalista depois de fugir do hospital. Com vocês, o histórico depoimento deste que foi um dos maiores intelectuais brasileiros.



O antropólogo, historiador, escritor e educador Darcy Ribeiro

O sr. tinha contato com intelectuais mais velhos?

Eu convidei de São Paulo, para uma conferência no diretório estudantil, o sociólogo norte-americano Donald Pierson. Mostrei Ouro Preto e Mariana para ele, a prosa foi boa e eu o impressionei como jovem brilhante. Ele, então, me deu uma bolsa para estudar sociologia política em São Paulo. Anos depois ele se queixava, dizendo que tinha má pontaria: todo o jovem por quem se interessava, como o Florestan Fernandes e eu, acabavam se revelando comunistas... Ele queria ter criado um sociólogo como ele, de direita, e não conseguia.

Como era a cidade?

Eu morei em muitos bairros, que hoje frequento com saudade e também com raiva. Por exemplo, na igreja da Consolação tinha uma bela praça, larga, com uma escola. Era um lugar em que eu namorava. Agora converteram num supermercado e numa passagem de metrô. E encheram a avenida São João com um viaduto horroroso. São os horrores de São Paulo. O Tietê e o Pinheiros, rios importantes, geográficos e bonitos, estão cheios de avenidas ao lado.

Todas as cidades do mundo amam os seus rios, Londres, Paris, Nova York. São Paulo é a única que não ama. O Pinheiros e o Tietê foram convertidos num fosso sanitário para carregar bosta de paulista. É uma coisa realmente lamentável. São Paulo nunca se deu confortos. Os paulistas têm orgulho da cidade que mais tem asfalto por habitante no mundo. Mas eu me lembro com saudade de Higienópolis, da rua Caio Prado, e dos lugares que eu vivi.

Mas o que eu queria mesmo era dirigir o “Hoje”, um jornal comunista. O diretor, Câmara Ferreira, ia passar um ano fora, estudando na Rússia. Me ofereci, mas a direção do partido preferiu me “liberar” para os estudos. Diziam que precisavam de intelectuais e que eu deveria prosseguir meu trabalho universitário. Na verdade, o partido me jogou fora. Eu era agitador, era perigoso. Foi uma recusa que me fez sofrer muito. Fiquei numa situação contraditória: não era um renegado e não tinha sido expulso. Me considerava “licenciado”. Fui estudar os índios e fiquei nessa postura vaga até 54, quando o suicídio do Getúlio fez minha cabeça.

Como era o ambiente na Universidade de São Paulo?

A escola tinha um grupo



forte. Estavam por lá o Lévi-Strauss e o Radcliffe Brown (sociólogo inglês, 1881-1955), as duas maiores figuras mundiais da antropologia. Foi, portanto, um curso da mais alta qualidade. São Paulo foi que me catapultou. Se eu tivesse ficado em qualquer outro lugar do Brasil, não teria optado por ir para o mato, viver com os índios. São Paulo me deu ideais científicos.

O sr. conheceu Mário de Andrade?

Tenho um caso curioso com ele. O paulista mais interessado em etnologia, o mais inteligente e vivo, o que eu mais admirava, era o Mário de Andrade. Um dia, marquei um encontro com ele, na livraria Jaraguá, na rua Marconi. Era uma livraria com casa de chá. Estava me preparando para a pesquisa de campo, tinha muitas perguntas a fazer e muito o que ouvir. Cheguei muito entusiasmado, mas para minha decepção, Mário estava sentado com dois inimigos: Germinal Feijó e Paulo Emílio Salles Gomes. Dois trotskistas. Os comunistas eram proibidos de falar com trotskistas. Eu tinha raiva de trotskistas. Depois, o Paulo Emílio veio a ser grande amigo meu, me ajudou a construir a Universidade de Brasília. Mas naquela fase eu tinha raiva. E acabei não falando com o Mário, que era a pessoa com quem eu mais queria ter falado. Logo depois ele morreu.

Quem mais o influenciou na época?

Havia um professor alemão, Herbert Baldus. Ele teve muita influência na minha formação. Foi ele quem me empurrou para a carreira de etnólogo. Era um alemão atípico. Passou a Segunda Guerra em São Paulo. Era poeta.

O sr. teve contato nessa época com o Lévi-Strauss?

Muito longínquo. Assisti conferências. O Baldus foi mais importante, inclusive para outros colegas, como o Florestan Fernandes. Ele nos empurrava para a pesquisa de campo.

O sr. já tinha interesse por Gilberto Freyre?

Tinha. Toda a esquerda

era muito contra o Gilberto. Falavam muito mal dele. Eu comecei a desconfiar que alguma coisa estava podre, porque “Casa Grande e Senzala” e “Sobrados e Mocambos” me encantaram. Eu reconheci logo que eram livros muito melhores do que “Os Sertões” e que tudo aquilo com o Gilberto era sectarismo. Mas ele era uma peça reacionaríssima. “Casa Grande e Senzala” é o ponto de vista da casa grande. Fala do negro dentro de casa, do negro fiel, mas não fala do negro de massa. Só no último parágrafo do livro ele fala que há também os negros no eito, que quando morrem são jogados na praia para urubu pinicar. O livro tem muita casa grande e pouca senzala.

Isso me inspirou um pouco para o livro que faço agora, que está ligado à necessidade de uma antropologia da sociedade brasileira, que não tenha uma visão de classe tão estreita quanto a do livro do Gilberto. Eu vim a conhecê-lo já formado, já professor, no Rio. O Anísio Teixeira, o homem mais inteligente que eu conheci, que me levou depois para a área da educação, me convidou para uma mesa em homenagem ao Gilberto. Na hora, o malandro do Anísio se levantou e disse: “O Gilberto vai ser saudado por Darcy Ribeiro”. Eu proto-comunista. Gilberto da direita. E tive que falar de improviso da minha enorme admiração.

Depois, fui convidado, em segredo, para fazer o prefácio de uma edição em espanhol de “Casa Grande e Senzala”. Foi a crítica mais severa e o elogio mais deslavado que já se fez ao Gilberto. Sei que dei uma grande alegria a ele. Um homem de esquerda reconhecer a grandeza, a importância e a beleza do livro.

Quando partiu para o trabalho de campo o sr. foi direto ao encontro dos índios kadiwéu?

Querira pesquisar esses índios cavaleiros. Eram dos índios mais falados do Brasil, os únicos que tinham adotado os cavalos. Criaram um verdadeiro império, que ia da fronteira de São Paulo até a Bolívia. Do norte de Mato Grosso até Assunção. Era um império. Uma gente que substituiu praticamente o parto pela adoção. Tomavam crianças de dois anos das tribos que eles dominavam e as mulheres criavam esses meninos. Eu me preparei para estudar esses índios, mas como não sou besta, antes de ver os meus índios quis ver outros, para ter uma base de comparação. Estudei os terena e os kadiwá.

Me impressionei com a inserção dos terena no sistema de

trabalho do sul de Mato Grosso. Eram os principais trabalhadores enxadeiros da região, enxadeiros confiáveis. Aquele era o lugar que um índio que deixava de ser índio podia ocupar. Uma coisa também terrível foi ver a espiritualidade dos kadiwá. Uma gente maltrapilha, com um sofrimento tremendo. Tinha sido missionarizados pelos jesuítas, mas reconstituíram sua cultura. Saíam em andanças no rumo de Santos. Acreditavam que, se dançassem até o corpo ficar muito leve, eles levitariam e iriam ter à terra sem mares, a terra de Maíra. É um mito de uma grande beleza. São índios que hoje estão se suicidando.

E os “seus” índios?

Os kadiwéu guardavam ainda alguma coisa do orgulho de um povo cavaleiro. Tive uma inserção muito boa na tribo. As mulheres quiseram casar comigo. Levei o livro de um etnólogo italiano, Guido Boggiani. Ao olharem comigo as ilustrações, eles reconheceram o retrato de uma mulher. Gritavam: “Lili, Lili!” Depois, na Itália, me entrevistaram sobre o Boggiani e me perguntaram de sua mulher kadiwéu. Mas não era uma mulher, era um homem, que vivia como mulher - o homossexualismo nessas tribos tinha a possibilidade de existir, o homem podia decidir se seria homem ou mulher. O fato é que tive uma relação muito profunda com eles, fiquei muito apegado emocionalmente, e até hoje recebo mensagens de lá.

Depois fui estudar os chamados urubus, os índios mais violentos do Brasil, na fronteira do Pará com o Maranhão. Fiz duas expedições, uma de nove meses, em 49, e uma de onze meses, posteriormente. Estive também no Xingu, estive com os bororos e com índios aculturados, em São Paulo.

Como foi seu encontro, posteriormente, com o Lévi-Strauss, em Paris?

Foi uma coisa gozada. Eu tinha publicado meu livro “O Processo Civilizatário”. Mandei para ele e depois fui procurá-lo para saber o que tinha achado. Ele respondeu: “Me interessou” - com um muxoxo. Eu disse: “Mas mestre, o que é isso, esse livro me custou tanto esforço, o senhor não pode me dar uma opinião?” Ele disse: “Não, não. Essa obra teórica sua e minha é bobagem. Você é um príncipe dos observadores, sua etnografia é ótima, por isso uso muito os mitos que você colhe. Quem pode fazer isso deve fazer isso, ficar estudando os índios”.

E eu rebati: “E você fazendo a teoria?”. Ele disse: “Não é nesse sentido, minha obra teórica não vai durar 20 anos. O importante é a etnografia”. Eu saí muito puto com ele, porque era uma divisão de trabalho que eu não aceitava.

Como o sr. foi, afinal, parar na vida política institucional, na política mais próxima do Estado?

Em 1954 eu estava em São Paulo. Eram as comemorações do quarto centenário de São Paulo. Estava ajudando a montar uma exposição luso-brasileira, para a qual o Oscar Niemeyer havia projetado um museu redondo, no Ibirapuera - que os imbecis acabaram entregando à Aeronáutica, para colocar avião velho. Havia um congresso e eu mostrava um filme que tinha feito sobre um funeral bororo. No meio daquilo, vem a notícia de que o Getúlio tinha se suicidado. Na época, estava inclinado a acreditar naquela história do “mar de lama”. Mas levei um susto e, naquele momento, comecei a ver que o Getúlio era vítima de uma campanha da mídia.

Ele estava criando a Petrobras e a Eletrobras. Estava sendo enxotado do Catete. Os próprios ministros achavam que ele deveria sair, para evitar a guerra civil. Ao invés disso, esse homem, de 71 anos, arrebatou o coração com uma bala. Para acordar o povo brasileiro. E acordou. Todos os brasileiros viram que era um complô contra ele, contra a política trabalhista e nacionalista dele. Foi uma revirada na política. Lacerda esperava ser presidente da República e acabou escondido na caixa d’água. Toda a direita se recolheu. E quem alcançou o poder foi JK, que fez um governo brilhante.

Como o sr. conheceu João Goulart?

Foi no Rio. Ele foi com a Maria Teresa, que naquela época era a mulher mais bonita do mundo! Estavam em lua de mel. Um amigo nos apresentou.

Com ele o sr. partiu para o trabalho na área de educação?

Foi depois de 54 que deixei de trabalhar com índios e passei a trabalhar com o Anísio Teixeira. Ele se apegou muito a mim. Era uma pessoa com muitos planos, que trabalhava com o Juscelino. Ele enfrentou uma campanha de setores da Igreja e eu saí em defesa dele. O Juscelino o manteve no governo e acabamos indo trabalhar

juntos. Foi daí surgiu a ideia da Universidade de Brasília. Junto com os líderes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência formulei o projeto de uma universidade de novo tipo. Passei dois anos lutando para criá-la.

Foi muito difícil?

Foi muito. No dia em que o Jânio renunciou, eu fui ao Palácio falar com o José Aparecido, que era secretário do presidente. Estava aquele ambiente soturno. Eu não sabia de nada. Ele me disse para ir à Câmara. Cheguei lá e tinham acabado de aprovar a carta de renúncia. Os deputados estavam agitadíssimos. Fui para a mesa e pedi para o Sérgio Magalhães colocar em votação a lei de criação da Universidade de Brasília. Ele disse: “Você está louco”. Mas acabou fazendo e a lei foi aprovada. Depois fui ao Senado. Falei com o Hermes Lima, que era o primeiro-ministro. Ele me recomendou que falasse com o Felinto Muller, então senador e presidente do PSD. Disse: “Eu? Procurar o Felinto Muller?” Mas acabei indo.

Ele, que era um homem de direita, gostou muito que um comunista o procurasse. Me convidou para tomar um chá na casa dele, aliás acompanhado de um bolo muito gostoso. Passou um tempo e ele me avisou: “Vai para a sessão de amanhã que o Senado vai aprovar sua Universidade”. Um senador do Rio Grande Sul, Mem de Sá, fez um discurso extremamente eloquente, dizendo que eu era um homem muito inteligente, muito coerente e comunista. E se era assim, a Universidade seria comunista. O Felinto nem olhou para mim. Botou em votação e a lei foi aprovada por grande maioria. Convidei o Anísio para ser o reitor. Ele se negou e, em função disso, o primeiro reitor fui eu.

Qual a sua impressão sobre o Jango?

Era um homem curioso, um fazendeiro muito eficiente. Quando foi para a presidência, tinha muitas fazendas, engordava 20 mil cabeças de gado por ano. Mas era um homem generoso, preocupado com a pobreza. Era um homem simples, nacionalista, muito predisposto a atos de coragem para passar o Brasil a limpo.

Jango não foi derrubado por seus defeitos, mas por suas qualidades, que a direita não podia admitir. Os projetos de reforma agrária e da lei de controle do capital estrangeiro provocaram sua queda. Eu achava que ele deveria se defender do golpe. Quando os militares, em Minas, se levantaram contra o governo federal, eu sugeri que Jango enviasse aviões só para “lamber” a tropa. Eles recusariam. Mas ele temia que isso se transformasse numa luta fratricida. Não queria dar ordem de fogo. Achava melhor cair do que desencadear uma guerra civil. Não quis topar a briga e a direita o pôs para fora. Não poderia imaginar que o resultado fosse o que foi.

Para onde o sr. foi depois do golpe?

Para o Uruguai. Fui contratado para trabalhar. Fui inicialmente professor de antropologia e depois passei a coordenar a reforma da Universidade do Uruguai. Passei a viver no mundo como professor de antropologia e especialista em universidades. O exílio foi para mim muito fecundo. Publiquei uma obra copiosa. Voltei ao meu veio de romancista com “Maíra”, que foi uma forma de fugir do exílio e voltar aos índios.

Continua no site